

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Notas](#) 3

Valor Econômico

[Título: Portaria institui dez mandamentos para guiar atuação no setor elétrico](#) 30

[Título: Base teme efeito Cristiane Brasil em novo ministério](#) 32

Sumário

VEÍCULO: O Globo 3

Título: Notas 3

Título: Poder em Jogo 3

Título: CONTA DE LUZ 4

Título: O Rio continua 'surreal' 4

Título: Brasil já admite ação conjunta na OMC contra sobretaxa do aço 6

Título: Governo do Rio estuda como reaver R\$ 1,2 bi da Refit 7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 9

Título: Indústria local pede proteção ao governo 9

Título: Embaixador brasileiro lança ofensiva nos EUA 10

Título: Decisão de Trump coloca 5 mil metalúrgicos em alerta 11

Título: Guerra comercial ou isolamento?.....	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Temer avalia ir à OMC contra taxa de Trump.....	13
Título: Capacidade de ação da OMC é uma incógnita, afirma Azevêdo	15
Título: CSN minimiza impacto de tarifas do aço	17
Título: Maia patrocina reação do Congresso à sobretaxa de Trump ao aço	18
Título: BR Distribuidora quer manter política de altos dividendos a acionistas	20
VEÍCULO: Correio Braziliense	21
Título: Temer não descarta ir à OMC	21
Título: Carros elétricos ganham mais energia.....	23
Título: ABB investe em corredores de abastecimento.....	26
Título: Desafios da água	27
VEÍCULO: Valor Econômico	28
Título: Por segurança legal, banco vai cuidar da modelagem da venda da Eletrobrás.....	28
Título: Portaria institui dez mandamentos para guiar atuação no setor elétrico.....	30
Título: Brasil deve buscar OMC contra taxa do aço, diz Temer	31
Título: Base teme efeito Cristiane Brasil em novo ministério.....	32
Título: Solução urgente para o risco hidrológico	34
Título: Crise hídrica ainda é contornável.....	36
Título: Destaques	39
Título: CSN vê espaço para crescer nos EUA com sobretaxa de Trump	40
Título: Steinbruch pede ação contra importado	41
Título: BR prevê ampliar vendas e retomar mercado em 2018	42
Título: Setor muda modelo de contrato.....	44
Título: Falta de chuva e de investimentos prejudica canaviais.....	45
Título: Destaques	46
Título: Microrredes inteligentes atraem investimentos	47
Título: Postes de iluminação podem sustentar serviços integrados.....	48
Título: BNDES facilita crédito para projetos de energia saneamento e mobilidade.....	50

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia / colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: Notas**

Disputa política

Enquanto o consumidor pagará mais pela conta, o clima no Ministério de Minas e Energia é de disputa interna com a perspectiva de saída do **ministro Fernando Coelho Filho**. Aliados do presidente Temer que sempre viram a Eletrobras como um ativo político estão dificultando a privatização e brigam com a área técnica da pasta. Na Câmara, a comissão que vai analisar o projeto foi instalada ontem com dificuldade. O presidente da Abrace, Edvaldo Santana, lamenta que o Congresso não esteja dando atenção aos projetos de modernização do setor, como o Gás para Crescer, que está parado desde dezembro. “As boas ideias estão paralisadas, em geral por disputas políticas, que só garantem duas coisas: continuaremos atrasados em relação ao mundo e a conta de luz vai subir”, afirmou.

Peso da luz

O reajuste nas contas de luz do Rio e de Niterói é apenas o início do que vem por aí. Segundo a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), que já havia alertado ao blog que 2018 seria ano de forte aumento, a alta média no país deve ficar em 22% para o consumidor residencial. Em Minas Gerais, a Cemig quer aumentar em 22% a conta das residências, com impacto de 33% na indústria. No Rio Grande do Sul, a RGE Sul quer 23% e 28%, respectivamente. Como mostra a tabela, os reajustes pedidos pelas concessionárias estão na casa de dois dígitos. A Aneel vai analisar caso a caso, podendo subir ou reduzir o percentual. No caso da Enel, em Niterói, o número ficou maior. O setor de energia continua um forte gargalo para a retomada da economia.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Página 2 / colunas****Autor: Lydia Medeiros****Título: Poder em Jogo**

Novo recuo

Acuado com as decisões do Judiciário sobre quebras do seu sigilo e de ex-assessores, o presidente Michel Temer quer deixar o mandato com vitórias no

Congresso como “legado ao país”. Cita a privatização da Eletrobras. Terá de “abrir os cofres”, diz um aliado. Temer já admitiu a empresários aceitar a derrubada do veto ao Refis das microempresas, lobby que será reforçado hoje pela bancada ruralista em encontro no Planalto. Até semana passada, o Planalto defendia o veto, argumentando que a derrubada compromete o teto de gastos. A decisão política foi tomada à revelia da equipe econômica.

Esforço por palanque

Maia recebeu parlamentares e servidores da Eletrobras, que pediram a votação de proposta para realização de referendo sobre a venda da estatal. Foi categórico: “Não colocarei em pauta”.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / dos leitores

Autor:

Título: CONTA DE LUZ

Em atenção à carta do leitor Hilton Leal (13/3), a Light informa que o processo de estorno de pagamentos em duplicidade segue o artigo 112 da Resolução 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O documento informa que a restituição, de forma automática, deve ser efetuada no ciclo de faturamento posterior à constatação deste crédito, sendo, neste caso, nos 30 dias seguintes. MAURO RAMOS ASSESSORIA DE IMPRENSA - LIGHT

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Daiane Costa E Luana Souza

Título: O Rio continua ‘surreal’

Mesmo com três anos de crise, carioca ainda paga mais por comida, energia e habitação.

Mesmo entrando no terceiro ano de crise financeira e com o seu PIB crescendo abaixo da média nacional, o custo de vida no Rio ainda é “surreal”. A escalada de preços que ocorreu antes da Copa e da Olimpíada até perdeu fôlego, mas não impediu que a cidade permanecesse entre as mais caras do país. Comer, pagar aluguel, comprar imóvel, andar de metrô, abastecer o carro e usar energia custam mais para o carioca. Em todos esses itens, o Rio tem o preço mais alto ou o segundo maior do país. O aumento dos gastos das empresas com segurança, as alíquotas mais altas de impostos, o apelo turístico internacional e a alta concentração de servidores públicos explicam por que os preços não

cedem a ponto de tornar a cidade mais barata para viver. — O turismo coloca os preços na Zona Sul muito lá em cima, de imóveis a serviços. E o grande número de servidores públicos, uma herança do tempo em que fomos capital do país, garante uma renda maior para essa população, estimulando historicamente a alta de preços — comenta André Braz, economista responsável pelo monitoramento de preços do Ibre/FGV. (...)

VIOLENCIA AUMENTA CUSTOS E SEGURA PREÇOS

Um exemplo são os alimentos. No ano passado, o preço médio da cesta básica medido pelo Dieese caiu no Rio, para R\$ 425,07, frente aos R\$ 444,47 do ano anterior. Desde 2010, a capital tem a quarta ou quinta cesta mais cara do país. Mas os preços dos alimentos começaram 2018 avançando na capital e, em fevereiro, dado mais recente, a cesta subiu para R\$ 438,63, o valor mais alto no país. Foi seguida por São Paulo (R\$ 437,33) e Porto Alegre (R\$ 434,50). O menor preço estava em Aracaju (R\$ 341,59). O recuo registrado nos mercados de venda e locação de imóveis também não alterou a posição do Rio em relação ao restante do país. De acordo com o índice FipeZap, pelo menos nos últimos seis anos o Rio tem o metro quadrado médio mais caro para venda do país. (...)

Com reajustes anunciados na última terça-feira para os serviços fornecidos por Enel e Light, o quilowatt-hora (kWh) na capital passou a custar R\$ 0,975 e R\$ 0,910, respectivamente. Os novos valores valem a partir de hoje. Pesa também, explica o presidente da Comerc Energia, Cristopher Vlavianos, o ICMS sobre esse serviço no estado ser o maior do país: 30%. Isso faz com que 42,7% do valor cobrado pelo kWh sejam destinados ao pagamento do tributo. Em São Paulo, onde o ICMS é de 18%, o valor do kWh é praticamente a metade do praticado no Rio: R\$ 0,573. — Rio, Amazonas e Pará têm a maior incidência de gatos de energia. A distribuidora tem um custo que precisa ser dividido entre os consumidores — explica Vlavianos.

PIB DO ESTADO FICA ABAIXO DA MÉDIA NACIONAL

A carga maior de ICMS, 34%, também explica uma gasolina mais cara no Rio. O litro na capital fluminense custa, em média, R\$ 4,646, de acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Fica atrás apenas de Rio Branco, com R\$ 4,772. O ICMS é o principal peso na formação do valor do litro, equivale a um terço do preço final. — O ICMS é o tributo de maior circulação e maior arrecadação, pois incide sobre todos os produtos e em toda a cadeia. Por isso, uma alíquota mais alta tem um peso grande no valor final ao consumidor — explica o presidente executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), João Eloi Olenike, ressaltando que o Estado do Rio tem a maior alíquota geral do país, de 20%, enquanto a dos demais fica entre 17% e 18%.

A Secretaria estadual de Fazenda explica que uma faixa de consumo de energia elétrica, os produtos que compõem a cesta básica e alguns outros alimentos e produtos de higiene têm alíquotas “diferenciadas” de ICMS, o que “ajuda a compensar os setores em que a incidência do tributo é mais alta”. No caso dos transportes, apesar de uma malha metroviária restrita, a cidade tem o segundo metrô mais caro do país, com a passagem custando R\$ 4,30. O Rio perde para Brasília, que cobra R\$ 5. Segundo projeções do Itaú, o PIB do Estado do Rio vai seguir crescendo, em média, 1,6% ao ano até 2022. Essa foi a mesma performance observada entre 2010 e 2015. Em ambos os recortes, fica abaixo da média nacional. Mesmo assim, a tendência, segundo Braz, do Ibre/FGV, é que os preços sigam acelerando, acompanhando uma leve melhora prevista no mercado de trabalho.

Opinião : Preço a pagar

SEM ENTRAR no mérito dos reajustes concedidos pela Aneel, a composição das novas tarifas de energia da Light e Enel serve para chamar a atenção sobre o preço que a sociedade paga devido à violência.

ALÉM DO custo em vidas e tragédias familiares, há o embutido em tarifas, como é o caso do acréscimo nas contas de luz devido aos “gatos” na rede elétrica, em geral nas comunidades sob domínio do tráfico e/ou milícias.

NADA É de graça. A PAGAR

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: João Sorima Neto e Henrique Gomes Batista

Título: Brasil já admite ação conjunta na OMC contra sobretaxa do aço

Temer, porém, diz que primeiro vai telefonar para Donald Trump.

SÃO PAULO E WASHINGTON - O presidente Michel Temer admitiu ontem que o Brasil pode recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as sobretaxas impostas pelos Estados Unidos sobre o aço e o alumínio importados. Mas ressaltou que, antes disso, buscará a negociação bilateral, inclusive conversando com o presidente americano, Donald Trump. — Vou telefonar ao presidente Trump. Somos contra qualquer protecionismo. Queremos abertura de nosso mercado e também a abertura dos mercados estrangeiros ao Brasil — disse Temer, que participou ontem do Fórum Econômico Mundial, em São Paulo. Segundo Temer, já houve conversas preliminares entre membros do governo e o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, sobre a possibilidade de

uma ação conjunta no organismo multilateral. — Pelos tratados internacionais, as tarifas de importação de aço e alumínio variam de zero a 4,5%.

Subiram para 25% e 10%. Portanto, se não houver uma solução amigável, vamos fazer uma representação à OMC, não unilateralmente, mas com todos os países que tiveram prejuízo. Essa medida coletiva dará mais força à representação — disse Temer. Ele disse ainda que o governo está em contato com as empresas brasileiras que vendem aço aos EUA, assim como com as companhias americanas que recebem o produto brasileiro. A ideia é que as empresas trabalhem juntas para modificar a medida de Trump no Congresso americano. Na terça-feira, o Brasil enviou carta ao Departamento de Comércio americano pedindo a exclusão do aço brasileiro da sobretaxa. No documento, o Brasil reforça os argumentos de que não ameaça a indústria americana.

A Embaixada brasileira em Washington também está mapeando os distritos eleitorais dos EUA onde empresas brasileiras são fortes empregadoras, para pressionar os deputados. Outra frente é listar produtos americanos que têm no Brasil um mercado importante. — Estamos agindo e temos muito contato com o Congresso. Ouvi de um deputado que os argumentos brasileiros são mais fortes que os canadenses (que foram excluídos, assim como o México, da nova taxa) — disse o embaixador em Washington, Sergio Amaral. Ele explicou que já se reuniu com o representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês), embaixador Robert Lighthizer, dias antes da decisão de Trump.

Segundo Amaral, o objetivo foi esclarecer que o Brasil não é uma ameaça à segurança americana e que as indústrias siderúrgicas dos dois países estão interligadas. Amaral disse que, até o momento, os americanos não pediram nada em troca, apenas ouviram os argumentos. Mas ele ressaltou que espera ver o Brasil excluído da sobretaxa, “porque a medida não se justifica”. Os detalhes sobre a tarifa devem ser divulgados na semana que vem. Com relação à declaração de Temer sobre uma ação conjunta na OMC, Amaral, ao ser perguntado quais seriam esses países, disse que ainda é cedo para citar nomes: — Agora todos estão conversando, é difícil antecipar. Mas os europeus já manifestaram que devem recorrer.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Gabriela Valente e Ramona Ordoñez

Título: Governo do Rio estuda como reaver R\$ 1,2 bi da Refit

Antiga Refinaria de Manguinhos pagaria impostos atrasados com ação contra a Petrobras, mas perdeu na Justiça.

O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, vai discutir com a Secretaria de Fazenda do estado uma nova estratégia para recuperar aos cofres fluminenses R\$ 1,2 bilhão em impostos da Refit, antiga Refinaria de Manguinhos. O governo esperava reaver esse montante em uma disputa judicial entre a Refit e a Petrobras, mas, ontem, a 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) decidiu — por maioria de quatro votos a um — a favor da Petrobras. A estatal havia entrado com recurso para derrubar uma sentença de primeira instância que previa o pagamento de R\$ 2 bilhões pela petroleira à Refit. A refinaria pediu indenização à Petrobras por perdas causadas pela política do governo da ex-presidente Dilma Rousseff de segurar os preços dos combustíveis para não impactar a inflação. A Justiça do Rio decidiu que a política não teve a intenção de quebrar outras empresas do setor.

PAGAMENTO COM PRECATÓRIOS

Como a refinaria devia impostos atrasados ao Rio, o governo estadual já havia conseguido penhorar R\$ 1,2 bilhão desse montante de R\$ 2 bilhões. O Palácio Guanabara esperava uma vitória da Refit na disputa e estudava pedir a custódia antecipada dos recursos, oferecendo garantias caso a Petrobras conseguisse reverter o caso em instâncias superiores. No entanto, após a derrota da Refit, o governo agora estuda outra forma de cobrar os débitos tributários da refinaria, de maneira mais rápida. Segundo interlocutores do governador, a Refit vem quitando essas dívidas por meio de precatórios, o que não representa uma injeção direta de recursos no caixa do estado. As duas empresas travam uma disputa na Justiça sobre o tema há quatro anos. O colegiado da segunda instância deu vitória à Petrobras, cancelando a sentença que havia sido concedida em 2014, favorável à refinaria.

FIM DA HIPOTECA DE PRÉDIO

Com a decisão, o TJ determinou imediata suspensão da hipoteca do edifício-sede (Edise) da Petrobras, que havia sido feita na época do resultado do primeiro julgamento. Em 2014, o caso foi julgado pela 25ª Câmara Cível do TJ, que julgou procedente a ação da então Refinaria de Manguinhos, fixando um valor de indenização, na época, de R\$ 935 milhões. No ano seguinte, Manguinhos obteve na Justiça a hipoteca do edifício-sede da Petrobras como garantia para pagamento da indenização. No julgamento de ontem, os desembargadores, ao acatarem o pedido da Petrobras suspendendo a condenação, entenderam que não teria ocorrido a prática abusiva na política de preços dos combustíveis pela estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Cleide Silva, Lu Aiko Otta E Fernanda Guimarães****Título: Indústria local pede proteção ao governo**

Com sobretaxa dos EUA, empresários cobram medidas protecionistas do governo.

O anúncio dos Estados Unidos de sobretaxar as importações de aço em 25% e as de alumínio em 10% está gerando nova onda de pedidos de proteção à indústria brasileira por parte do empresariado local. O movimento ocorre num momento em que o Ministério da Fazenda se opõe a qualquer tipo de ajuda ao setor industrial. Ontem, o presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch, cobrou do governo brasileiro medidas para proteger o mercado de eventual fluxo de entrada de produtos chineses em todos os segmentos, e não só o aço. Ele disse, por exemplo, que o antidumping (quando um produto é exportado a preços menores que os praticados no país de origem), tem de ser tratado de forma mais séria.

O executivo se referia à decisão recente da Câmara de Comércio Exterior (Camex), ligada à Fazenda, de não aplicar medida antidumping na importação de aço da China e da Rússia alegando interesse público (risco de inflação). Segundo Steinbruch, o jogo foi alterado e o País precisa se posicionar. "Levantaram a bola para o Brasil fazer gol", disse. "Ou seremos um grande shopping center de produtos importados ou um país com infraestrutura, com investimento intensivo de capital."

Com receio de uma "inundação" de aço de países que deixarão de exportar para os EUA, o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, disse que "não podemos ser ingênuos e manter as portas abertas e nos tornarmos a lixeira do mundo em termos de aço." Ele disse que, para a indústria siderúrgica brasileira os problemas serão a concorrência mais dura em destinos como a América Latina e a chegada de aço mais barato no próprio mercado brasileiro. "Precisamos de uma defesa comercial ágil, mas o Ministério da Fazenda não tem a indústria como prioridade."

A Fazenda não comentou. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou que a forma de o País defender-se da concorrência desleal é ter um sistema forte de defesa comercial, sobretudo direitos antidumping, amparado pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Em nota, informou que "o governo americano quer combater comércio desleal usando uma lei contrária às normas internacionais. Já no caso do Brasil, o governo faz o certo ao buscar novos

acordos comerciais, mas erra ao promover o desmonte da defesa comercial brasileira.

"Há uma tentativa deliberada, liderada pelo Ministério da Fazenda e a Casa Civil, de politizar um processo técnico, desprotegendo a indústria e criando insegurança jurídica." "Todos os países do mundo, exceto o Brasil, não só defendem sua indústria como a estimulam", disse o presidente da Abiquim (setor químico), Fernando Figueiredo, que também criticou a Camex. "Não importa se esta decisão insana corta empregos no Brasil e transfere empregos bem remunerados para o exterior. Quem na Esplanada dos Ministérios se importa com 12 milhões de desempregados?"

Na opinião da economista Vera Thorstensen, do Centro do Comércio Global e do Investimento, o Brasil precisa usar instrumentos para se defender com base nas regras da OMC. Ela criticou a negociação bilateral oferecida por Trump. "É um fato inédito impor a retaliação e sentar com cada país para negociar acordos de restrição", disse. "É voltar às décadas de 80 e 90."/CLEIDE SILVA, LU AIKO OTTA E FERNANDA GUIMARÃES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Embaixador brasileiro lança ofensiva nos EUA

Cláudia Trevisan CORRESPONDENTE /WASHINGTON

O governo Michel Temer realiza uma ampla ofensiva de convencimento da administração Donald Trump para tentar excluir o Brasil da tarifa de 25% sobre a importação de aço. O elenco de argumentos abrange os US\$ 11 bilhões investidos por empresas brasileiras no setor siderúrgico dos EUA, o saldo comercial favorável aos americanos na última década, a cooperação dos dois países na área de defesa e a participação do Brasil nos fóruns internacionais que tentam combater o excesso de produção de aço pela China.

Em Washington, o embaixador Sergio Amaral realiza encontros com deputados que representam cidades ou regiões que têm investimentos brasileiros – não apenas na área siderúrgica – em busca de apoio ao pedido de exclusão. "Empresas brasileiras estão entre as maiores empregadoras em vários distritos eleitorais", disse Amaral, dando como exemplo os casos da Embraer, na Flórida, e da Braskem na Pensilvânia.

Ontem, Amaral entregou ao representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), Robert Lighthizer, uma carta em que o ministro das Relações Exteriores,

Aloysio Nunes Ferreira, sustenta que a produção de aço brasileira é complementar à americana e alerta para os impactos negativos da imposição da tarifa de importação.

Mas ainda não está claro qual será o procedimento para países e empresas apresentarem recursos contra a aplicação da barreira, disse o embaixador, que discutiu a questão do aço há duas semanas com Lighthizer. A expectativa é que haja uma nova reunião entre o representante de Comércio e autoridades brasileiras em breve. A ofensiva do governo ocorre em paralelo à da iniciativa privada, que articula sua ação em conjunto com empresas americanas, observou o embaixador.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lauriberto Braga

Título: Decisão de Trump coloca 5 mil metalúrgicos em alerta

Os 5 mil metalúrgicos da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no Ceará, viram como uma ameaça aos seus empregos a decisão do governo americano de impor uma tarifa de 25% nas importações de aço e de 10% nas de alumínio.

O assunto chegou a ser levantado na última assembleia convocada para discutir a campanha salarial. "Temos 2.600 metalúrgicos contratados pela CSP e mais 2.400 terceirizados, totalizando cinco mil, que estão preocupados com essa situação imposta por Trump", disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Ceará, Fernando Chaves. "Até agora não falaram em demissão, mas não estão contratando. O clima dentro da siderúrgica é de expectativa e esperamos que isso se resolva logo. Que o presidente dos EUA entenda que precisamos desse emprego com a nossa produção de aço que exportamos para lá", afirmou ontem um metalúrgico que trabalha na CSP há um ano e meio e pediu para não ser identificado.

Com um ano de CSP, outro metalúrgico, que também pediu anonimato, disse que os trabalhadores não foram avisados sobre o problema e a produção continua a todo vapor. "Se essa situação chegar até nós, será ruim, pois o emprego está difícil". Em operação parcial desde 2016, a siderúrgica, que é uma sociedade entre a Vale e as coreanas s Dongkuk e Posco, foi inaugurada oficialmente há um ano.

Na época, o governo do Ceará tinha a expectativa de que CSP, em sua capacidade plena, chegasse a representar 12% do PIB do Estado. A superintendente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado do Ceará (Simec), Vanessa Pontes, destacou em

nota que "a sobretaxa onera os exportadores de aço para os EUA e gera desigualdade competitiva em favor das siderúrgicas americanas".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Zeina Latif

Título: Guerra comercial ou isolamento?

O presidente dos EUA, Donald Trump, coerente com seu discurso de campanha, anunciou o aumento de tarifas de importação de aço e alumínio. A Europa reagiu mal, ameaçando com uma guerra comercial. Trump, que é do tipo que quer ficar com a última palavra, retrucou dizendo que esta guerra ele ganha. O assunto começou mal, mas poderá acabar bem. O caminho para a agenda protecionista de Trump não está tão livre como parece. Impor tarifas é normalmente uma prerrogativa do Legislativo. A iniciativa de Trump só foi possível, porque ele alegou ser uma questão da segurança nacional, cabendo a decisão, neste caso, exclusivamente ao presidente.

Há oposição de parte da equipe econômica e de seu próprio partido. Gary Cohn, importante conselheiro, renunciou e membros do Partido Republicano, incluindo o presidente da Câmara, Paul Ryan, vieram a público para se opor ao anúncio. Coube à China ser o adulto da relação, colocando-se contra uma guerra comercial. O ministro do Comércio, Zhong Shan, afirmou que "não há vencedores em uma guerra comercial. Apenas causará desastre à China, aos EUA e ao mundo". Na mesma linha seguiu a chanceler alemã, Angela Merkel. Com visão míope e parcial – vício comum de populistas –, Trump aposta nos empregos gerados no setor, desconsiderando os custos futuros para todos. A agenda econômica de Trump é inconsistente.

Porém, assim como os erros de Dilma não ficaram evidentes tão cedo, os de Trump também poderão tardar a se materializar. Corretamente, os republicanos temem o aumento de custos de produção das indústrias que dependem desses insumos (esse efeito tende a ser mais rápido) e de preços ao consumidor em algum momento. Além disso, o fechamento da economia reduz o potencial de crescimento do país. Outro efeito perverso é nas relações externas. Não existe vácuo de poder. Enquanto os EUA se isolam, a China avança, ampliando sua influência com investimento nos países e reforço de laços comerciais e financeiros com seus parceiros ("soft power"). Por essas e outras, uma nova ordem mundial vai se moldando, com menor protagonismo norte-americano.

Apesar do temor de guerra comercial, esse não parece o cenário mais provável, a julgar pelas reações dos países às decisões polêmicas de Trump. O risco é de isolamento dos EUA. Aqui alguns exemplos. Primeiro, o recém assinado Acordo

Transpacífico (TPP), que teve a liderança de Barack Obama. O agora chamado Tratado Integral e Progressista de Associação Transpacífico (CPTPP) engloba relações comerciais e também serviços e acordos de cooperação em várias áreas. Os EUA se retiraram, mas os demais onze países envolvidos seguiram seus planos. Juntos, representam 15% do comércio mundial. Outros países demonstram interesse em aderir: Tailândia, Indonésia, Coreia, Filipinas e Taiwan. A ausência dos EUA deixa o caminho livre para a China fazer acordos.

Segundo, o Acordo de Paris sobre o Clima, com adesão de 196 países. O acordo havia sido assinado por Obama, mas Trump voltou atrás por considerá-lo prejudicial aos interesses dos EUA, mesmo sendo o segundo maior emissor mundial de gases de efeito estufa. A Casa Branca está sozinha. Terceiro, apesar da oposição do governo americano desde a época de Obama, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura foi criado como alternativa ao Banco Mundial. São atualmente 61 países membros. Para o Brasil, o impacto do aumento das tarifas de importação do aço e do alumínio é setorial, e não no nível macroeconômico, pelo reduzido peso no PIB.

As lições, no entanto, são claras. O Brasil deve responder não com retaliações, mas com aceleração de acordos comerciais com o resto do mundo. O Brasil é demasiadamente fechado, mesmo levando em consideração seu isolamento geográfico e o tamanho do mercado interno. Isso implica menor estímulo à inovação e menor acesso a tecnologias, insumos e serviços mais sofisticados. A decisão de Trump deve ser estímulo para a abertura e não desculpa para maior fechamento do País.

ECONOMISTA-CHEFE DA XP INVESTIMENTOS

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Temer avalia ir à OMC contra taxa de Trump

Presidente comenta o aumento da tarifa de importação do aço pelos EUA na abertura do Fórum Mundial em São Paulo

Se o governo de Donald Trump não aceitar negociar exceções no aumento de tarifas de importação de aço, o Brasil vai entrar com representação contra a política americana na OMC (Organização Mundial do Comércio) ao lado de outros países prejudicados pela medida. Foi o que disse o presidente Michel Temer na abertura do Fórum Econômico Mundial para América Latina, realizado em São Paulo. “Nós aqui somos contra todo e qualquer protecionismo. Somos pela abertura plena.”

Na semana passada, Trump elevou de 0,9% para 25% a tarifa sobre o aço brasileiro e de 2% para 10% a do alumínio. O Brasil é o segundo maior exportador de aço para os EUA— em 2017, as vendas geraram US\$ 2,63 bilhões. O Itamaraty já cogitara ir à OMC, mas é a primeira vez que Temer fala sobre o assunto. Ele disse ainda que vai ligar para Trump em breve, propondo a abertura de negociações sobre o aumento da tarifa do aço. Afirmou que o mandatário americano estaria aberto a conversas. A disputa na OMC é a última alternativa em análise pela diplomacia brasileira. O processo costuma demorar anos e, se vitorioso, o Brasil ganharia o direito de retaliar setores americanos que exportam para o país.

A medida pode se tornar problema para as empresas brasileiras ao elevar seus custos com insumos importados. À Folha Roberto Azevêdo, presidente da OMC, disse que a sobretaxa pode causar desvios no comércio .

Diálogo

O ministro Aloysio Nunes, das Relações Exteriores, disse à Folha que conversas com os demais países afetados pela medida americana sobre eventual processo contra os EUA ocorrem em Genebra, sede da OMC. Até agora, o Brasil já tratou do assunto com União Europeia, Índia e Japão. “A primeira aposta do governo brasileiro é o diálogo. O Brasil é um país amigo dos EUA”, afirmou Aloysio durante o painel. O Itamaraty vem conversando com empresas americanas importadoras do aço brasileiro para que pressionem o Congresso em Washington a conseguir uma exceção para o Brasil.

O ministro disse que também pediu uma reunião com Robert Lighthizer, chefe do USTR (o órgão que cuida das negociações comerciais dos EUA), pois as novas regras americanas de importação de aço ainda não estão claras. Além de Temer e Aloysio, participaram da abertura o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, o prefeito da cidade, João Doria, o ex-jogador Pelé e Klaus Schwab, o fundador do Fórum.

Alckmin criticou indiretamente a medida americana e defendeu as reformas conduzidas pelo governo Temer, como as alterações trabalhistas. O economista Armínio Fraga, por sua vez, foi enfático nos ataques às mudanças nas tarifas de importação dos EUA. “Isso é uma loucura.” O economista disse que a atitude protecionista do governo Trump cria a impressão de que o mundo é um jogo de soma zero, e não é. Segundo ele, o Brasil tem sido protecionista desde sempre e “não deu em nada”. Em sua avaliação, o cenário não é bom, em especial no momento em que o Mercosul discute acordo com a UE, o que vê como oportunidade “fantástica”.

Efeito positivo'

À Folha o secretário do Comércio de Portugal, Paulo Alexandre Ferreira, disse que a decisão de Trump pode ter o “efeito positivo” de “acelerar a vontade” dos países do Mercosul e da UE em fechar o acordo entre os dois blocos negociado há quase 20 anos. “No panorama internacional, isso [o aumento de tarifas de importação de aço pelos EUA] dá mais urgência para que se feche acordo Mercosul- UE”, afirmou o secretário português. Ele ainda disse que é preciso evitar uma “escalada de retaliações” em relação à decisão dos EUA. “A posição de Portugal no momento é: salvaguarda do sistema multilateral e, sobretudo, uma ponderação no sentido de evitar uma escalada de retaliação num momento que não é bom para o comércio internacional”, disse.

“É bom manter a cabeça fria e defender o sistema multilateral de comércio.” Questionado se a hora é de acionar a OMC, o português disse que a Comissão Europeia está discutindo a questão e apresentará uma proposta aos Estados membros da UE. “Esse será o momento em que haverá uma moderação e se tomará uma decisão sobre o que fazer.”

Globalização

Se os governos não conseguirem encontrar um novo pacto para a globalização, os populistas vão continuar vencendo as eleições em diversos países do mundo. A avaliação é Ngaire Woods, reitora da Escola de Governo Blavatnik da Universidade de Oxford, em debate sobre a globalização. “Moro em um país [Reino Unido] que votou pelo “brexit”. Se as pessoas não estiverem satisfeitas com o status quo, vão votar contra ele.” Para os especialistas reunidos no debate, um novo pacto para a globalização precisa incluir uma revolução na educação e uma atualização de diversos sistemas de governo, como o tributário.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MARIA CRISTINA FRIAS

Título: Capacidade de ação da OMC é uma incógnita, afirma Azevêdo

COLUNISTA DA FOLHA LUCIANA COELHO

EDITORA DE MUNDO

A decisão do presidente dos EUA, Donald Trump, de elevar tarifas sobre o aço e o alumínio joga o comércio mundial em águas desconhecidas com a

possibilidade de culminar em uma guerra comercial, diz o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Roberto Azevêdo.

Isso porque a capacidade de ação da OMC neste caso é uma incógnita, já que Trump ameaça evocar a segurança nacional e o regulamento da entidade é vago sobre a margem para questionar esse argumento, disse Azevêdo à Folha na noite de terça (13), quando ele se preparava para o Forum Econômico Mundial para América Latina em São Paulo.

Por isso, possíveis processos no organismo contra a taxa correm o risco de serem esvaziados.

Folha - Quais os riscos das medidas do presidente Trump para o comércio global? Roberto Azevêdo - Há o risco econômico, pois o aço é um produto muito comercializado e é insumo para vários setores da economia, e a medida pode alterar os preços relativos e causar desvios de comércio —é claro que ainda temos que ver como isso tudo vai evoluir.

E há o risco sistêmico, pois outros países acham que [a medida] não é compatível com as regras multilaterais. Há risco de uma escalada que culmine no risco de uma guerra comercial.

Há essa chance de uma guerra comercial?

Nos anos 30 começou assim. Os EUA aplicaram uma lei para defender a sua indústria, outros países começaram a adotar medidas semelhantes —porque à medida que um país fecha suas fronteiras para defender sua indústria cria-se pressão política para que os outros países façam o mesmo. Nos anos 30, dois terços do comércio mundial desapareceram em três anos.

O senhor espera isso para logo?

Não. Estamos vendo com o passar dos dias que há possibilidade de mitigação dos efeitos, de exceções, tanto de países quanto de produtos.

O Brasil pode ser incluído nas

exceções?

O Brasil está fazendo esforços para isso. Se será bem-sucedido ou não, temos que ver.

Há risco de a ameaça de Trump de evocar a segurança nacional tire a capacidade da OMC de arbitrar sobre o assunto, já que esse tema é delicado [na legislação da OMC]?

Isso nunca aconteceu, toda vez que uma medida foi adotada com base no argumento da segurança nacional, não chegou a litígio [na OMC]. Esse é um território inexplorado, não sei como os painéis vão interpretar o artigo 21 [que trata de segurança nacional no estatuto da OMC].

Se você dá deferência absoluta ao país que evoca a segurança nacional, cria-se uma instabilidade no sistema [outros poderão alegar o mesmo]. Por outro lado, querer definir para um país o que é segurança nacional dele é delicado.

O acordo entre a União Europeia e o Mercosul está caminhando?

Há vontade dos dois lados, e eles sabem quais são os problemas, isso está sendo negociado há muito tempo, vão encontrar saída.

O que o Brasil pode fazer para melhorar a inserção no comércio global?

O grande desafio do Brasil é competitividade. Nós temos ineficiências que são conhecidas, introduzidas pelo custo Brasil, pelos custos de produção, por ineficiências históricas, por proteção excessiva do mercado. Eu acho que o governo brasileiro tem dito que quer abrir mais, que procura mais exposição.

O acordo Mercosul e União Europeia é uma concretização dessa aspiração.

Eu acho que o caminho é esse, ir expondo o parque industrial brasileiro à competição para ele ter motivos para investir em uma produtividade mais alta e integrá-lo com o parque global.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: CSN minimiza impacto de tarifas do aço

Apenas 6% da produção foi exportada para os EUA em 2017, afirma Benjamin Steinbruch, presidente da siderúrgica

Americanos não podem prescindir do produto brasileiro, e maior problema é a importação da China, diz executivo

A CSN avalia como irrelevante para a empresa o impacto das tarifas de importação dos Estados Unidos sobre aço e alumínio, mas acredita que o Brasil precisa se posicionar para enfrentar um eventual crescimento de importações no país pela China. O presidente-executivo do grupo siderúrgico, Benjamin Steinbruch, afirmou que a companhia exportou para os EUA no ano passado cerca de 350 mil toneladas de aço, o que representou 6% da produção da companhia.

“Essas 350 mil toneladas já direcionamos para o mercado interno por causa da recuperação da economia [do Brasil]”, disse Steinbruch nesta terça-feira (14), em encontro dos executivos da companhia com analistas e jornalistas do setor. O executivo comentou em termos gerais que o Brasil exportou no ano passado para os EUA 5 milhões de toneladas de aço, das quais 4 milhões foram produtos semiacabados, que precisam ser laminados em usinas locais antes de serem utilizados em produtos como carros e eletrodomésticos. “A maioria [das 4 milhões de toneladas] foi placa despachada pela CSA [Ternium] e pela Cosipa [Usiminas Cubatão]. Os EUA precisam continuar comprando placa. O 1 milhão de toneladas que sobra são 500 mil de [aços] longos e 500 mil de planos. Dos planos, 350 mil são CSN e 150 mil Usiminas e outras empresas”, disse Steinbruch.

“Duvido que os EUA façam qualquer coisa contra os semiacabados... Não vejo como os EUA possam sobreviver sem importar placa.”

Importação

Segundo ele, o problema é a importação. “[O Brasil] importou 1,5 milhão de toneladas de produtos acabados [de aço no ano passado]. Esse problema é muito maior que o da exportação”, disse. “Por isso o Brasil precisa tomar um posicionamento... Temos antidumping sobre a China, mas não aplicamos [as tarifas], mas, com essa questão dos EUA, cria-se oportunidade de rever isso”, afirmou o presidente da CSN, que é colunista da Folha. “Duvido que governo [brasileiro] não faça nada, mas levantaram a bola para o governo marcar gol aqui no Brasil em um ano de eleição. Se vai ter competência para marcar o gol, estamos esperando”, acrescentou Steinbruch.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Marina Dias BRASÍLIA

Título: Maia patrocina reação do Congresso à sobretaxa de Trump ao aço

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), decidiu patrocinar uma reação do Congresso às novas taxas para importação de aço e alumínio estabelecidas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Na semana passa, o republicano anunciou que as tarifas passarão de até 0,9% para 25% sobre o aço e de 2% para 10% sobre o alumínio. A justificativa de Trump para impor as sobretaxas é a suposta necessidade de preservação da segurança nacional.

A medida adotada pelo governo americano prejudica o comércio exterior do Brasil, um dos principais exportadores desses produtos.

Nesta quarta-feira (14), Maia chancelou a elaboração de um decreto legislativo assinado pelo deputado Fábio Garcia (DEM-MT), seu correligionário, que, se aprovado, suspenderá o desconto nas tarifas do etanol importado dos EUA.

Segundo o texto, ao qual a Folha teve acesso, o projeto de decreto legislativo "visa sustar a resolução da Camex (Câmara de Comércio Exterior) que altera a Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul referente aos produtos com um teor de água igual ou inferior a 1% vol (álcool etílico)."

Por decisão da Camex no ano passado, os EUA podem vender no Brasil 600 milhões de litros de etanol por ano sem pagar tarifa de importação de 20%.

Se o decreto legislativo for aprovado, toda a importação de etanol americano passaria a ser taxada ao entrar no Brasil.

De acordo com o documento, a medida vai "proteger a geração de emprego e renda deste setor pela indústria brasileira".

O objetivo de Maia é aprovar o decreto na Câmara e no Senado caso os EUA mantenham a decisão de impor a sobretaxa à importação de aço e alumínio do Brasil.

O governo americano pode negociar exceções no aumento das tarifas, e o Brasil aguarda para saber se será ou não incluído nessas ressalvas.

Para ter o aval do Congresso, o texto precisa de aprovação com maioria simples nas duas Casas --ou seja, maior parte dos votantes em plenário.

Em disputa pelo protagonismo da agenda econômica, Maia, que se lançou pré-candidato à Presidência na semana passada, quis se antecipar a Temer na reação aos EUA.

O presidente da Câmara não consultou o emedebista para a edição do decreto, dando início a uma possível retaliação aos americanos sem coordenação com o Palácio do Planalto.

O governo brasileiro estudava medidas para tentar contornar as sobretaxas de Trump, como por exemplo o apelo à OMC (Organização Mundial do Comércio).

A intenção do recurso foi verbalizada nesta quarta por Temer, mas até agora nenhuma ação concreta foi anunciada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona RIO DE JANEIRO

Título: BR Distribuidora quer manter política de altos dividendos a acionistas

A companhia anunciou que repassará a seus acionistas 95% do lucro de 2017, que somou R\$ 1,15 bi

Em teleconferência com analistas para detalhar o primeiro balanço após a oferta de ações em bolsa, a direção da companhia controlada pela Petrobras disse que, com dívida controlada e boa geração de caixa, a tendência é que os dividendos permaneçam em patamares elevados nos próximos anos.

Este ano, a companhia distribuirá R\$ 1,09 bilhão. A direção da BR disse que deverá manter percentual do lucro que é distribuído aos acionistas alto, a menos que surjam oportunidades de investimento para aplicar a geração de caixa da companhia.

A Petrobras tem 71,25% do capital. Assim, ficará com R\$ 776 milhões. Entre os acionistas privados, o maior é a gestora de recursos Lazard, baseada em Nova York, com 5,35% das ações.

O restante das ações está nas mãos de 4.559 investidores pessoa física, 269 investidores pessoa jurídica e 237 investidores institucionais.

A BR fechou 2017 com dívida de R\$ 1,3 bilhão, beneficiada por aporte de R\$ 6,3 bilhões pela Petrobras para limpar o balanço da subsidiária antes da oferta de ações. A relação entre dívida líquida e geração de caixa era de 1,3 vezes ao fim do ano.

Ela é a maior distribuidora de combustíveis do país em volume de vendas, mas ainda se vê distante dos principais concorrentes em relação a margens de lucro.

Sua margem de lucro por metro cúbico vendido, por exemplo, foi de R\$ 80 no quarto trimestre de 2017.

A Raízen, que opera com a bandeira Shell, por exemplo, registrou R\$ 123 por metro cúbico no mesmo período. O presidente da BR, Ivan de Sá, reconheceu a diferença e disse que a companhia buscar reduzi-la, mas é um processo que levará mais tempo.

IMPORTAÇÕES

Mesmo sendo subsidiária da Petrobras, a BR importou cerca de 15% de seu suprimento de combustíveis em 2017. A companhia, no entanto, prevê redução das importações ao longo de 2018, devido à prática de menores preços pela estatal.

Desde julho de 2017, a Petrobras vem praticando uma política de reajustes diários para enfrentar importações. No quarto trimestre, apertou suas margens e já vem incomodando empresas privadas, que decidiram ir ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) pedir investigação sobre práticas anticoncorrenciais.

O presidente da BR disse que a estatal está finalizando um novo modelo de contrato de venda de combustíveis para as grandes distribuidoras, que deve ser mais competitivo em relação a compras no exterior.

"Devem cair as importações por oportunidade, mantendo apenas aquelas referentes ao uso da capacidade de cada grande distribuidora", afirmou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Hamilton Ferrari Especial para o correio Rodolfo Costa

Título: Temer não descarta ir à OMC

A sobretaxa imposta pelos Estados Unidos ao aço e ao alumínio tem repercutido na Esplanada e preocupado o governo federal, que tem, pelo menos, duas medidas em mente: incentivar as empresas norte-americanas a pressionar o Parlamento do país a rever a medida e recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC). O presidente da República, Michel Temer, defendeu ontem, durante o Fórum Econômico Mundial para a América Latina, em São Paulo, que, se não houver solução "amigável e rápida", o Brasil vai formular a representação. "Não unilateralmente, mas com todos os países que tiveram prejuízo em função dessa medida tomada", afirmou.

Temer repudiou a medida e a classificou como protecionista. “Nós, aqui, somos contra todo e qualquer protecionismo. Somos pela abertura plena dos nossos mercados e dos mercados em relação ao Brasil”, disse. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou, no dia 8 de março, a criação de tarifas para a importação de aço e alumínio, sendo 25% e 10%, respectivamente. A medida começa a valer a partir do próximo dia 23.

Segundo o chefe do Executivo, o governo está conectando empresas brasileiras fornecedoras com as compradoras de aço norte-americanas para que essas trabalhem em conjunto no Congresso dos EUA para modificar a medida de Trump.

Também no Fórum, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, defendeu a posição do governo. “Essas coisas têm que ser levadas em consideração exatamente por conta do contexto do diálogo”, disse o auxiliar de Temer. “Já enviei ao secretário de comércio norte-americano uma correspondência, dizendo que estou pronto para me encontrar com ele para discutirmos como essa medida impacta as relações econômicas entre Brasil e EUA”, afirmou.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse torcer para que o mundo não entre em guerra comercial. O que, segundo o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, tem grandes chances de ocorrer. De acordo com ele, é preciso diálogo para mitigar os impactos. “Na conversa que eu tive com o presidente, ficou evidente que o Brasil não descartou nenhuma possibilidade, inclusive um litígio na OMC. É uma possibilidade, mas não a única”, destacou, reforçando que as negociações podem evitar atritos irreversíveis. “Se houver efetivamente uma situação de quebra de diálogo e adoção de medidas unilaterais em retaliação, isso me preocupa, porque pode causar um efeito dominó que é difícil de prever a extensão e a duração”, ponderou.

Meirelles responde a tudo no Twitter

Mesmo sem assumir oficialmente a candidatura à Presidência da República, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, age como presidenciável. Ontem, ele foi à sede do Twitter no Brasil para responder as perguntas de internautas. Com tom de candidato, ele respondeu sobre as mais diversas perguntas: privatização, segurança no Rio de Janeiro, educação, juro e outras questões com #PergunteAoMeirelles. Questionado sobre o maior legado na passagem pela Fazenda, Meirelles respondeu que foi “enfrentar os problemas fundamentais da economia brasileira e resolvê-los”. Ele citou o envio, pelo governo, e a aprovação, pelo Congresso, do projeto que limita os gastos públicos, a aprovação de reformas fundamentais e envio da proposta de mudança na Previdência.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Negócios**Autor:** Lino Rodrigues**Título:** Carros elétricos ganham mais energia

São Paulo — As vendas de carros movidos a eletricidade no Brasil superaram em 2017 a marca de três mil unidades, o triplo do número alcançado em 2016. Ainda é um desempenho tímido se comparado ao de países como China, que tem a liderança no mercado mundial, com cerca de 450 mil veículos, e Estados Unidos, com mais de 100 mil carros emplacados. Segundo dados do Denatran, circulam nas ruas brasileiras pouco mais de sete mil carros elétricos e híbridos. Automóveis totalmente eletrificados ainda são raros e enfrentam dificuldades para recarregar as baterias. Calcula-se que os pontos de recarga não passem de 50 em todo o país.

Essa realidade, porém, está prestes a mudar com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) prometida pelo governo. Nos próximos dias, o Ministério da Indústria e Comércio (Mdic) deverá anunciar a diminuição do imposto de 25% para 7%. O benefício incentiva a entrada de novos modelos eletrificados no mercado brasileiro.

A medida, é bom que se diga, vem sendo protelada desde o ano passado, juntamente com o Rota 2030, o novo regime do setor automotivo. O Rota vem para substituir o Inovar-Auto e traz uma série de exigências para melhoria de segurança e eficiência energética dos carros que serão produzidos no Brasil.

Com a diminuição, o IPI dos elétricos será equivalente ao dos carros populares com motores flex 1.0. “A tributação do veículo elétrico hoje é a maior alíquota de IPI existente, paga 25%. Não tem nenhum sentido, ela tem que cair. Isso deve acontecer nas próximas semanas”, diz Antonio Megale, presidente da Anfavea, associação que reúne as montadoras no país.

Mesmo diante da indefinição da questão tributária, a General Motors já anunciou a chegada do Chevrolet Bolt EV, totalmente movido a eletricidade e com preço nos Estados Unidos de US\$ 37,5 mil. O Bolt já foi testado no Brasil e deve desembarcar no mercado ainda este ano. Com autonomia superior a 300 quilômetros, o modelo está sendo oferecido às startups que estão investindo no mercado de compartilhamento de veículos, uma tendência mundial que, tudo indica, veio para ficar.

Outra empresa que está acelerando seus projetos de elétricos é a Volkswagen. No Salão do Automóvel de São Paulo, previsto para outubro deste ano, a

gigante alemã fará o lançamento oficial do E-Golf, uma versão 100% elétrica que será importada da Alemanha. Junto com ele, a Volks também traz um modelo híbrido do Golf, o GTE, de alto desempenho, com motores elétrico e turbo a gasolina. A ideia da montadora é ser a primeira marca a oferecer um carro totalmente elétrico ao consumidor brasileiro. Junto com a apresentação dos carros, serão promovidas ações de marketing incentivando o uso dos carros elétricos e híbridos no país.

A japonesa Toyota, que em 2017 alcançou o melhor desempenho em 60 anos de Brasil, com quase 200 mil unidades vendidas, quer disseminar o avanço da tecnologia híbrida com o modelo Prius. No ano passado, foram emplacadas no mercado brasileiro 2.407 unidades do modelo, um avanço de 396% em relação a 2016. Desde 2013, quando foram vendidas as primeiras unidades do Prius no Brasil, foram comercializadas 3.504 unidades.

No mundo, o número supera os seis milhões de carros vendidos. Trata-se de um verdadeiro fenômeno. A nova versão local do Prius, com motor híbrido flex e desenvolvido em parceria com as universidades de Brasília (UNB) e de São Paulo (USP), tem estreia prevista para o segundo semestre deste ano. Mas o carro continuará sendo importado do Japão.

As montadoras asiáticas estão na linha de frente desse novo mercado. A japonesa Nissan acaba de anunciar que está trazendo para o mercado brasileiro o Leaf, um dos carros elétricos mais vendidos do mundo. O modelo chegou a vir para o Brasil entre 2014 e 2016, quando cerca de 20 unidades rodaram como táxi nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A partir 2019, a montadora japonesa informou que começam as vendas da segunda geração no mercado brasileiro. A apresentação deve acontecer no próximo Salão do Automóvel, em São Paulo. A versão com bateria mais forte, que antes rodava em torno de 200 quilômetros, passa a rodar 600 quilômetros com carga completa das baterias. Além do Brasil, a nova versão também será comercializada em vários países da América do Sul.

Na usina

Parceira da Nissan no país, a francesa Renault montou um projeto com a Usina de Itaipu, que adquiriu uma frota do Twizy, compacto para duas pessoas adaptado para fazer compartilhamento entre os funcionários da empresa de energia. Os carrinhos rodam sem chave e são acionados por meio dos crachás dos empregados dentro e fora da área da empresa.

Recentemente, a usina também adquiriu 20 unidades do modelo ZOE, um hatch compacto 100% elétrico e, que também será utilizado no projeto da Itaipu. Os

dois modelos ainda não têm previsão de venda no Brasil, mas o ZOE pode se tornar o primeiro veículo elétrico da Renault com produção no país.

Todas as montadoras têm planos ambiciosos para os elétricos. “Observamos que a aceitação da tecnologia elétrica tem crescido significativamente entre os consumidores brasileiros, com avanço de tecnologia, custos e regularização”, diz Fernando Pfeiffer, gerente de marketing da Ford Brasil. “Mantemos o foco nessa tendência de mercado e testamos soluções capazes de satisfazer essas demandas.”

A Ford, que ainda não tem uma versão 100% elétrica, comercializa no mercado brasileiro o Fusion Hybrid, lançado em 2010, com sistema de propulsão que combina motor a gasolina e elétrico, alimentado por bateria de alta tensão. Segundo Pfeiffer, a montadora anunciou no ano passado a criação de uma equipe focada em desenvolver uma nova geração desses veículos. “É uma iniciativa para acelerar o processo de criação e implementação de veículos puramente elétricos”, completa o executivo.

Na tomada

A frota de veículos elétricos
em circulação (números de 2017)

China 450 mil
EUA 100 mil
Brasil 7.240 mil

3.296
é o número de unidades
vendidas no Brasil em 2017

156 mil unidades
é o potencial do mercado de elétricos
no país, ou 7% das vendas em 2017

As previsões para o setor

Frota Mundial de Elétricos e Híbridos

Em 2020
13 milhões de veículos

Em 2030

140 milhões de veículos, ou 10% da frota mundial

Estudo da Accenture Strategy e da FGV Energia

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor:

Título: ABB investe em corredores de abastecimento

Ainda sem uma legislação específica para a exploração comercial de abastecimento de carros elétricos, a saída encontrada por empresas de energia e montadoras é criar projetos com corredores para recarga de veículos elétricos. É o caso do grupo sueco-suíço ABB, fornecedor de tecnologia e automação, que se associou à CPFL, concessionária de energia do interior de São Paulo, para montar o que chama de “corredor” de eletropostos entre Campinas e a capital paulista. Os dois “postos” estão localizados nas rodovias Anhanguera e Bandeirantes.

A empresa também está negociando com outro fornecedor de energia um novo “corredor”, desta vez entre as cidades de Paranaguá e Foz do Iguaçu, no Paraná. Fontes do setor apostam que a parceria será anunciada em breve com a usina binacional de Itaipu. “Os carros elétricos serão tão revolucionários quanto a chegada dos smartphones”, diz o presidente da ABB, o espanhol Rafael Paniagua, lembrando que a empresa tem a maior base instalada de estações de carregamento rápido no mundo.

Por enquanto, não há cobrança pela energia consumida pelos carros nesses pontos. No caso de São Paulo, basta o motorista fazer um cadastro na CPFL. Fora desses locais, a recarga de energia dos carros elétricos fica praticamente restrita à garagem do consumidor ou a pontos em estacionamentos de empresas.

Nas estradas, fora desses corredores e de outros que estão sendo criados, o consumidor não tem como abastecer o carro em viagens longas. Além de São Paulo e do projeto que está sendo implantado no Paraná, a concessionária de energia de Santa Catarina, a Celesc, e a Fundação Certi montaram uma parceria para implantação de eletropostos entre as cidades de Florianópolis e Joinville. (LR)

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Opinião**Autor:****Título:** Desafios da água

O 8º Fórum Mundial da Água, que ocorre neste mês em Brasília, é uma oportunidade para o Brasil conhecer boas práticas mundiais e debater soluções para a escassez hídrica que afeta diretamente cerca de 87% da população. O setor industrial, responsável pelo consumo de 10% da água captada no país, está comprometido com a melhoria da eficiência no uso desse recurso natural. A indústria tem repensado seus processos, intensificado o uso de tecnologia e qualificado o diálogo com governo e sociedade para debater soluções para a gestão hídrica. Ganhos de eficiência na produção industrial são verificados em praticamente todos os setores e resultam na redução do consumo de água. Também as ações em parceria com organizações da sociedade civil, governos locais e universidades estão cada vez mais presentes nas estratégias corporativas para promover o uso eficiente de água.

Entre as iniciativas do setor produtivo para economizar água estão a troca de equipamentos para reduzir perdas e a adoção de sistemas de recirculação interna da água nas empresas. Um exemplo é o uso da água das pias para a lavagem de pátios e garagens. Em alguns casos, a depender dos requisitos de qualidade, a mesma água pode ser utilizada para o resfriamento de peças. Setores como o siderúrgico, automobilístico e de máquinas e equipamentos reúsam mais de 90% da água que consomem.

Apesar dos avanços tecnológicos e em práticas de economia de água dentro das fábricas e também em produtos do dia a dia das pessoas, as situações extremas, como secas e enchentes, necessitam de abordagem mais ampla para se encontrar um conjunto de soluções efetivo. Na última década, as situações de escassez hídrica se agravaram e mostraram uma face mais estrutural. O desequilíbrio entre o volume disponível em relação à população que precisa ser atendida mostra desigualdade da distribuição de água no país.

Dialogar com os governos e com a sociedade é essencial para conhecer melhor os riscos associados à água e desenvolver iniciativas para reduzir a vulnerabilidade aos eventos extremos e garantir o acesso a recursos hídricos em quantidade e qualidade adequados. Nessa agenda, a universalização do saneamento básico torna-se prioritária por permitir a conservação de bacias hidrográficas, melhorar a saúde da população e movimentar a economia.

Estimativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) revela que a cada R\$ 1

bilhão investido no setor, há acréscimo de R\$ 3,1 bilhões no valor bruto da produção no país, além da criação de 58,2 mil empregos diretos e indiretos. Em relação aos impactos na saúde, em especial do trabalhador, estudo da Fundação Getúlio Vargas revelou que, por ano, 217 mil trabalhadores precisam se afastar de suas atividades devido a problemas gastrointestinais ligados à falta de saneamento. Os custos anuais com os afastamentos chegam a quase R\$ 1 bilhão por ano.

Os avanços no saneamento são importantes, inclusive, para estimular o reúso de efluentes como fonte alternativa para a indústria, sobretudo em regiões onde há mais escassez hídrica, como o Nordeste. É preciso que os efluentes sejam tratados para retornarem à atividade produtiva. O Ministério das Cidades estima que o potencial de reúso de efluentes tratados é de 13 metros cúbicos por segundo, aproximadamente oito vezes superior ao praticado atualmente. Dessa forma, iniciativas importantes como o Projeto Aquapolo, que fornece água de reúso de efluentes ao Polo Petroquímico da Região do ABC Paulista e outras empresas da região, podem ser alavancadas em grande escala no país.

Com intuito de dar força a essa agenda, a CNI participa de ampla campanha — #Somos Mais Saneamento —, que será lançada pela Associação das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto durante o Fórum Mundial da Água. Entre os princípios defendidos estão universalizar os serviços de água e esgoto e conservar os recursos hídricos; repensar modelos de prestação de serviços com cooperação entre os setores público e privado; garantir tarifas realistas e acessíveis; integrar as políticas de recursos hídricos e de saneamento básico; e priorizar a formação e capacitação profissional no setor. Com essa forte mobilização de governos, de empresas e da sociedade em prol dessa agenda, será possível dar um salto importante para aumentar a segurança hídrica e melhorar a eficiência na gestão das águas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Por segurança legal, banco vai cuidar da modelagem da venda da Eletrobrás

Por segurança jurídica, o governo mudou os planos e um decreto presidencial que vai apontar o BNDES como responsável pela modelagem da privatização da Eletrobrás está em fase final de elaboração e deve ser divulgado em breve. Segundo fonte da equipe energética do governo, o texto determina que a empresa acompanhe de perto o processo.

"A solução de apontar o BNDES é a mais segura legalmente", disse a fonte. O banco terá o papel de definir o modelo dos contratos necessários, como das cisões de Itaipu e da Eletronuclear, que irão fazer parte de uma estatal que ainda será criada.

O BNDES foi responsável pela modelagem da venda das distribuidoras de energia, mas havia uma ala dentro da Eletrobrás que defendia que a própria estatal cuidasse dos estudos da privatização.

A modelagem da capitalização, porém, caberá à própria companhia definir. A privatização será feita por meio de uma emissão de ações não subscrita pela União. A Eletrobrás vai escolher qual o melhor caminho e se vai abrir concorrência para contratar bancos para assessorá-la.

Ontem, em evento realizado na B3 para celebrar a adesão da Eletrobrás ao programa de governança de estatais da bolsa, o presidente da companhia, Wilson Ferreira Junior, disse estar confiante de que o Congresso trabalhará rapidamente na aprovação do projeto de lei que cria condições legais para a privatização.

Depois da publicação do decreto, enquanto o Congresso aprova o projeto de lei sobre a privatização, o coordenador do processo vai iniciar processo de preparação da companhia. "Olhando nossa jornada, ainda temos muita coisa a fazer, mas é importante reconhecer que já fizemos muito", disse Ferreira Junior.

Antes da privatização, a Eletrobrás terá o desafio de vender as seis distribuidoras do grupo e também 70 sociedades de propósito específico (SPEs). De acordo com Ferreira Junior, depois disso, a companhia deve conseguir chegar a um endividamento medido pela relação entre a dívida líquida e o Ebitda inferior a 3 vezes. Até setembro, a alavancagem da estatal era de 4,1 vezes.

Os editais da privatização das distribuidoras devem ser publicados de hoje até o início da próxima semana, com no mínimo 45 dias de antecedência em relação à data prevista para o leilão, em 4 de maio. "O data room está aberto desde dezembro, já temos candidatos interagindo com a empresa", disse Ferreira Junior. Segundo ele, existia uma pendência para a publicação dos editais que era a conclusão das audiências públicas e assembleias das companhias.

Segundo o executivo, Equatorial, Neoenergia, Enel e Energisa estão entre as companhias interessadas nas distribuidoras. "Muitos deles já fizeram mais que o trabalho de olhar data room, já fizeram diligências e têm demonstrado interesse nessas concessões", disse. Já a venda das 70 SPEs está marcada para 7 de junho.

O conselho de administração da Eletrobrás vai deliberar ainda neste mês sobre os valores mínimos que serão cobrados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Portaria institui dez mandamentos para guiar atuação no setor elétrico

Em clima de despedida, **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, assinou ontem uma portaria com dez princípios que deverão orientar o setor elétrico de agora em diante.

É uma espécie de manual com "dez mandamentos" para a atuação do ministério, institucionalizando conceitos que já vinham sendo seguidos pela atual gestão, explicou o secretário-executivo Paulo Pedrosa, admitindo que "um ciclo está se encerrando".

A portaria, que sai no "Diário Oficial da União" de hoje, é resultado de discussões feitas no âmbito da consulta pública nº 32.

"Quando estabelecemos esses princípios por portaria, eles deixam de ser pessoais e são incorporados pela instituição. Se outra gestão vier e fizer diferente, alguém pode levantar as mãos imediatamente e dizer que conceitos como diálogo e transparência não estão sendo respeitados", acrescentou Pedrosa, nome preferido do mercado para continuar à frente do MME, após a saída de Coelho Filho, deputado licenciado que volta à Câmara dos Deputados nas próximas semanas.

No entanto, cresceram ontem os rumores sobre o desejo da bancada do PMDB no Senado de participar ativamente do processo de sucessão na pasta. Os senadores Eduardo Braga (AM) e Édison Lobão (MA) foram ministros nas gestões petistas. Lobão assinou a MP 579, medida provisória que buscou uma redução forçada das contas de luz e desorganizou completamente o mercado.

Os dez princípios são os seguintes e nesta ordem: 1) respeito aos direitos de propriedade, respeito aos contratos e intervenção mínima; 2) meritocracia, economicidade, inovação e eficiência, responsabilidade ambiental; 3) transparência e participação da sociedade nos atos praticados; 4) isonomia; 5) priorização de soluções de mercado frente a modelos decisórios centralizados; 6) adaptabilidade e flexibilidade; 7) coerência; 8) simplicidade; 9) previsibilidade e conformidade dos atos praticados; e 10) definição clara de competências e respeito ao papel das instituições.

A publicação da portaria precede o envio ao Congresso Nacional da proposta de reforma do setor elétrico. O texto, que já saiu do MME e foi para a Casa Civil, também pode ser anexado a um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados. A ideia do governo é aprovar o novo marco regulatório neste ano.

De acordo com Pedrosa, apesar de formalmente restritos ao setor elétrico, os princípios são válidos para todas as iniciativas que marcaram a gestão da atual equipe no ministério. A lista inclui mudanças nos leilões de petróleo e nas exigências de conteúdo local, o RenovaBio, o Gás para Crescer, a nova legislação para a indústria mineral, a privatização da Eletrobrás. "O ministro precisará de uma parede para pendurar as placas de homenagem recebidas."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Estevão Taiar, Ricardo Mendonça, Ana Conceição e Ligia Guimarães | De São Paulo

Título: Brasil deve buscar OMC contra taxa do aço, diz Temer

A sobretaxa ao aço imposta pelos Estados Unidos foi tema de debate em destaque ontem, no primeiro dia do Fórum Econômico Mundial, em São Paulo.

O presidente Michel Temer afirmou que o Brasil deve ir à Organização Mundial do Comércio (OMC) para protestar contra a sobretaxa. "Há grande preocupação com essa questão", disse, durante abertura do evento. Ele afirmou que é necessário "tratar com cuidado" as relações com os EUA e que buscará "conectar as empresas brasileiras fornecedoras com as empresas americanas que recebem esse aço". "Na sequência, vamos formular uma representação à OMC, com todos os países atingidos", afirmou. "Somos contra qualquer protecionismo. Queremos a abertura de todos os mercados."

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, reiterou que o governo brasileiro defende o diálogo com os Estados Unidos antes de qualquer ação. Sua expectativa é a de que o Brasil consiga excluir seus produtos da medida. O ministro disse ter enviado carta ao secretário de comércio dos EUA, Wilbur Ross, para que o Brasil possa esclarecer que as exportações de aço não prejudicam a segurança nacional dos EUA, motivo alegado para a sobretaxa.

Presente ao fórum, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que a imposição americana reforça a disposição do Brasil de avançar em outras frentes de negociação comercial. Meirelles citou o "acordo avançado" entre Mercosul e União Europeia e conversas com o Reino Unido. Ele reforçou que é necessário saber qual tipo de negociação os EUA pretendem para que o Brasil

decida quais medidas adotar. E ressaltou que uma guerra comercial seria prejudicial para a economia mundial.

Participante do mesmo painel que Meirelles, Hans-Paul Bürkner, presidente do Boston Consulting Group, ressaltou seu receio em relação à política do presidente americano Donald Trump. "Tenho medo, porque Trump pensa em termos muito simples. Eu venço, você ganha, não penso em implicações. Se você retaliar, mexo em outro grupo de produtos. Se não retaliar e você quiser conversar, não te dou nada e ainda avanço no próximo passo, mexo na Nafta, só para colocar pressão em você. Uso pressão, pressão. Não estamos lidando com alguém tão cuidadoso como você [Meirelles], que quer negociar uma solução com que todos possamos viver."

Na mesma discussão, Andres Velasco, ex-ministro da Fazenda do Chile e professor da Universidade de Columbia, destacou alternativas, como o encaminhamento de negociações sem os americanos. "Semana passada [dia 8] em Santiago, 11 países assinaram TPP sem os EUA. Quando Trump saiu pensaram que não ia ocorrer a aliança. Adorávamos convergir com Brasil e Argentina", disse ele, referindo-se ao Tratado Integral e Progressivo da Parceria Transpacífico 11 (TPP 11), assinado em substituição à antiga Parceria Transpacífico (TPP), cuja negociação foi abandonada em janeiro de 2017 por Trump. "Trump não vai propor, mas vamos fazer um acordo nas Américas sem os Estados Unidos", disse Velasco.

Apesar da possibilidade de elevadas perdas para alguns segmentos da indústria siderúrgica, as sobretaxas não devem comprometer o superávit da balança comercial brasileira, segundo avaliação da FGV no relatório Icomex. Entre outros dados, o texto mostra que a fatia americana nas exportações totais brasileiras caiu de 25% para 12% entre 2002 e 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Andrea Jubé | De Brasília

Título: Base teme efeito Cristiane Brasil em novo ministério

Depois de se reunir com cada um dos ministros que deixarão os cargos para se candidatar nas eleições de outubro, o titular da Casa Civil, Eliseu Padilha, levará o primeiro esboço da reforma ministerial para o presidente Michel Temer nos próximos dias. Algumas pastas poderão mudar de mãos e o critério para a nomeação dos novos titulares não será a indicação partidária e sim o comprometimento com a defesa do governo no Congresso e do legado de Temer na campanha.

Uma novidade dessa reforma é o "efeito Cristiane Brasil" nessas mudanças. Os presidentes dos partidos que negociam as substituições com Temer vão guardar a sete-chaves os nomes dos indicados até a última hora, com receio de vazamentos.

Um dirigente partidário disse ao **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, que só revelará os nomes dos seus candidatos a ministros na reta final para evitar a reprise do ocorrido com a deputada do PTB, que sofreu semanas de desgaste público até que sua posse no Ministério do Trabalho fosse definitivamente barrada pela Justiça. "Não vou revelar o nome antes do tempo para deixá-lo na chuva", justificou.

Um auxiliar presidencial explica que o critério prioritário para a escolha dos novos ministros é a lealdade ao governo Temer, e não ao projeto eleitoral de seu partido. Há previsão de que secretários-executivos assumam as pastas, mas não será em todos os casos. O que Temer não fará é nomear um ministro para que ele transforme o ministério em máquina eleitoral do próprio partido.

Outra preocupação é garantir a governabilidade na Câmara dos Deputados, sobretudo se a Procuradoria-Geral da República apresentar, eventualmente, nova denúncia contra Temer, num momento em que o presidente desponta como investigado em dois inquéritos no Supremo Tribunal Federal: no caso de suposto caixa dois em doações da Odebrecht, e na edição de um decreto que teria favorecido empresas que operam no porto de Santos.

Há 13 substituições no horizonte, incluindo dois interinos: Helton Yomura (PTB), do Ministério do Trabalho, e Marcos Jorge de Lima (PRB), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic). Existem, ainda, duas incógnitas: a eventual permanência nos cargos dos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD, de mudança para o MDB), e das Cidades, Alexandre Baldy (PP). Atualmente, uma ala do Palácio do Planalto acredita que Meirelles, sem perspectiva de crescer nas pesquisas, recuará da pré-candidatura para permanecer no cargo.

Deixam os cargos até o fim do mês para se candidatar em outubro: Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB (Relações Exteriores), Maurício Quintella, do PR (Transportes), Mendonça Filho, do DEM (Educação), Ricardo Barros, do PP (Saúde), **Fernando Coelho Filho, sem partido, de mudança para o MDB (Minas e Energia)**, Gilberto Kassab, do PSD (Ciência, Tecnologia e Comunicações), Sarney Filho, do PV (Meio Ambiente), Osmar Terra, do MDB (Desenvolvimento Social), Leonardo Picciani, do MDB (Esporte), Marx Beltrão, do MDB (Turismo), e Helder Barbalho, do MDB (Integração Nacional).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Opinião****Autor: Newton Duarte e Elizabeth Farina****Título: Solução urgente para o risco hidrológico**

O modelo vigente do sistema elétrico vem dando sinais de vulnerabilidade, uma questão sobre a qual o país deve se debruçar com urgência. Uma das principais questões é o impacto do GSF (em inglês, Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos e para o setor como um todo.

Nos últimos anos, com a falta de chuvas e escassez de água nos reservatórios em diversas regiões, os geradores hidrelétricos vêm observando uma gradual redução de sua capacidade de gerar energia elétrica. Isso é chamado de "risco hidrológico" - situação em que as usinas acabam comprando energia no mercado de curto prazo para compensar a produção menor, normalmente decorrente da falta de água.

Essa energia é adquirida no mercado com base no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), geralmente a custos mais elevados do que os contratados. Isso tem gerado uma longa disputa judicial. Desde 2015, muitos operadores têm entrado com liminares para evitar o pagamento de valores no mercado de energia de curto prazo. Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a dívida dessa batalha ultrapassou R\$ 6 bilhões na liquidação financeira de operações do mercado de energia em fevereiro deste ano.

Nos últimos doze meses, a dívida referente à judicialização do GSF aumentou, em média, quase R\$ 400 milhões por mês, sendo que nas liquidações financeiras ocorridas entre outubro e dezembro de 2017 essa dívida cresceu a aproximadamente R\$ 1 bilhão a cada mês. De acordo com a CCEE, havia um total de 165 liminares vigentes ligadas ao "GSF" na liquidação do mercado de energia realizada em janeiro.

Essa situação requer uma solução negociada e que atenda aos interesses de longo prazo do país. É preciso promover melhorias no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), uma espécie de condomínio das hidrelétricas, reduzindo os riscos inerentes aos fatores hidrológicos alocados aos responsáveis e, eventualmente, alterar o critério de alocação.

Sim, acreditamos que todo empreendimento envolva riscos. Mas é um contrassenso um modelo de negócio em que o risco possa ameaçar 40% do faturamento. Um bom gestor de ativos hidrelétricos diria que o normal seria um risco de 5% a 10%. Patamares muito acima quebram qualquer modelo de negócio, qualquer equação financeira. Um gerador hidrelétrico prudente

investe na gestão e no bom funcionamento da usina. Ele não tem o controle da torneira dos céus e nem sobre os efeitos da mudança de um sistema hidrotérmico para térmico-hídrico e protagonismo das renováveis intermitentes na expansão da matriz elétrica. Não é justo, portanto, que assuma todas as consequências da falta de chuvas e a totalidade desses riscos - parte desse risco deve ser do país.

Muitos operadores têm entrado com liminares para evitar pagamento de valores no mercado de energia de curto prazo

Todo esse contexto tem imenso impacto no mercado de cogeração, especialmente a movida a biomassa. O calote no setor elétrico inibe investimentos. E o país, para crescer, precisa muito destes em geração distribuída - uma das mais efetivas formas de produção de energia, por estar próxima dos centros de consumo, evitando perdas técnicas e custos desnecessários com longas linhas de transmissão. Qual investidor vai aportar recursos sem a segurança jurídica de que vá receber a remuneração justa, no prazo contratado, pela aplicação feita?

Em 2017, o consumo total de energia elétrica ficou pouco abaixo dos 464 mil GWh, representando uma variação de 0,8% em relação a 2016, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Trata-se do primeiro resultado positivo dos últimos três anos, mas ainda inferior ao consumo registrado em 2015 (464.084 GWh).

Cabe ressaltar que uma eventual retomada da economia brasileira nos próximos anos deverá ser acompanhada também de um crescimento maior do consumo de energia elétrica. De acordo com Plano da Operação Energética (PEN), divulgado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)/CCEE/EPE em dezembro de 2017, a previsão é que a carga de energia elétrica (consumo + perdas) do Sistema Interligado Nacional (SIN) para o ano de 2018 venha a apresentar um crescimento de 3,7% em relação a 2017. Para o período 2018-2022, o ONS prevê um crescimento médio anual da carga de energia do SIN de 3,9% ao ano, chegando a 4% no ano de 2022.

Somente a lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, já não atende mais à realidade do país, que vem passando por sucessivos períodos de seca. A judicialização vivenciada no mercado de curto prazo, nos últimos três anos, mostra que o ambiente institucional precisa ser modernizado.

Sabemos que o país terá um ano desafiador, em que a maior parte das atenções do mundo político e econômico estará voltada para os desdobramentos do processo eleitoral.

Ainda assim, é premente que as autoridades, juntamente com o setor, encontrem uma forma para resolver a questão da judicialização no mercado de curto prazo, com relação ao risco hidrológico. Uma boa oportunidade é avançar com as propostas recolhidas na Consulta Pública 33 sobre o tema e instituir, por meio do projeto de lei, um novo marco regulatório para o setor elétrico capaz de resolver o imbróglio da judicialização.

A solução do GSF, definitivamente, não pode ficar para 2019, já que sem resolver o imbróglio do Mercado de Curto Prazo, no qual há três anos não se recebe integralmente pelo produto fornecido ao Sistema Interligado Nacional, o setor elétrico não avançará em condições institucionais adequadas e sustentáveis. Tratar da modernização do setor elétrico sem resolver a judicialização do risco hidrológico é como tentar construir um arranha-céu sem alicerces.

Newton Duarte é presidente executivo da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen).

Elizabeth Farina é presidente da Unica, União da Indústria da Cana-de-Açúcar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Nicole de Oliveira e Nathália Clark

Título: Crise hídrica ainda é contornável

Com o maior evento do mundo sobre a água chegando ao Brasil, é imperativo considerar que esse recurso está em maior risco do que nunca, e que só o combate expressivo às causas antrópicas das alterações no clima pode reverter esse cenário.

A falta d'água tornou-se um dos principais problemas urbanos do nosso tempo. Comunidades em diversas partes do mundo estão sob forte pressão, enfrentando o adensamento constante da escassez hídrica.

Em muitas regiões, a situação ainda é agravada pela má gestão e pelo tratamento inadequado por parte dos governos locais, e pela negligência de empresas que utilizam o recurso para fins industriais.

Setores como o agronegócio, mineração e de geração de energia através de combustíveis fósseis não só fazem uso de grandes quantidades de água limpa em suas operações, como não raro eliminam efluentes tóxicos que contaminam rios e reservatórios subterrâneos.

De anos para cá, com o regime de chuvas altamente impactado pelas mudanças climáticas em todo o planeta, áreas anteriormente "seguras" agora estão sob risco de ocorrência de secas severas.

No Brasil, a região mais gravemente afetada pelas alterações no clima é o semiárido nordestino. Segundo dados do IPCC, a temperatura na região, que já sofre historicamente com secas periódicas, deve aumentar de 2°C a 5°C até 2100. Parte do Estado da Bahia, mais especificamente, corre alto risco de desertificação nos próximos 30 anos.

Um estudo do Inpe apontou que as áreas suscetíveis à desertificação no Brasil correspondem a 1,3 milhão de km². Ao todo, 1.488 cidades e 36 milhões de pessoas no país serão diretamente afetadas pela falta d'água em um futuro muito breve. Grande parte delas está na região Nordeste, que curiosamente também concentra o maior potencial do país para fontes renováveis.

Mas os brasileiros não estão sozinhos neste sombrio prognóstico. No mundo hoje, mais de um bilhão de pessoas não têm acesso a água e 2,7 bilhões sofrem com a escassez por pelo menos um mês ao ano. E as projeções não são otimistas. De acordo com as Nações Unidas, a demanda global por água doce superará a oferta em 40% até 2030, graças a uma combinação de mudanças climáticas, ação humana e crescimento populacional.

Ao comprometer a disponibilidade hídrica, a desertificação afeta não só o consumo de água potável, como também reduz a produtividade agrícola, ameaçando a segurança alimentar.

Outra implicação da seca facilmente negligenciada é o impacto cíclico sobre o fornecimento de energia. Com o esvaziamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas - principal fonte para geração de energia elétrica no Brasil -, o governo, por falta de amplo investimento em outras fontes renováveis, se vê forçado a acionar usinas térmicas movidas a combustíveis fósseis.

Com o regime de chuvas altamente impactado pelas mudanças climáticas em todo o planeta, áreas anteriormente "seguras" agora estão sob risco de ocorrência de secas severas. No Brasil, a região mais gravemente afetada é o semiárido nordestino

As térmicas, por sua vez, emitem grandes quantidades de gases-estufa e ainda possuem um custo maior de operação, aumentando consequentemente o valor a ser pago pelo consumidor na conta de luz. Além disso, por gerarem energia a partir do calor, elas também necessitam de muita água para esfriar as máquinas.

Assim, a população não só tem de pagar mais pela eletricidade utilizada em suas casas, como também vê a pouca água que lhes resta ser desperdiçada no processo de geração de uma energia mais cara e mais poluente.

A crise hídrica, portanto, movimenta uma engrenagem viciosa que vai além da suficientemente grave falta de água para beber. É o caso atual do Ceará. Assolado nos últimos seis anos pela maior sequência de secas jamais vista, o Estado tem vivenciado um contexto de disputa real por água.

Maior reservatório público do país para usos múltiplos, o Açude Castanhão, responsável pelo abastecimento de toda a região metropolitana de Fortaleza, onde vive quase metade da população do Estado, atingiu seu volume morto em novembro passado e, há cerca de 10 dias, deixou novamente de abastecer a capital cearense, até que seja restaurado o volume mínimo de 173,34 milhões de m³ de água.

A Política Nacional de Recursos Hídricos determina que, em situação de escassez, a água deve ser prioritariamente utilizada para consumo humano e animal. A despeito disso, o governo estadual manteve a autorização para que as usinas Pecém I e II, as duas maiores térmicas a carvão do país, continuem captando do Castanhão até 800 litros de água por segundo (ou 70 milhões de litros por dia), o que daria para abastecer uma cidade de 600 mil habitantes.

A escassez hídrica, porém, não é exclusividade de regiões mais áridas. Capital financeira do Brasil e uma das 10 cidades mais populosas do mundo, São Paulo passou por situação de calamidade em 2015. A crise foi contornada em 2016, mas em janeiro de 2017 as reservas ficaram novamente abaixo do esperado, colocando em xeque o futuro do abastecimento de água no município.

Localizado sob os territórios do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o Aquífero Guarani, principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul e uma das maiores do mundo, tem sido constantemente ameaçado por atividades exploratórias como o fracking, para extração do gás de xisto. Produzindo 50 quatrilhões de litros de água por ano, ele tem capacidade para abastecer 400 milhões de pessoas. Mas isso apenas se conseguir se manter livre de contaminação por substâncias químicas.

Precisamente por serem vulneráveis e finitas, as limitadas fontes de água potável já têm causado sérias disputas geopolíticas. Sem uma mudança radical de comportamento, as guerras por acesso a esse valioso recurso serão inevitáveis.

A necessidade de mudança é urgente: devemos quebrar o ciclo de danos ambientais causado pela indústria fóssil, fortalecer a governança sobre recursos

naturais comuns - não apenas água, mas terra, cobertura florestal e também o ar -, com políticas públicas em todas as esferas de governo, e assegurar um futuro mais sustentável e justo, com energias renováveis, livres e acessíveis.

Ao sediar o Fórum Mundial da Água, o Brasil tem nas mãos a oportunidade de protagonizar essa mudança. Mas para que o evento não seja apenas palanque para promessas governamentais vazias, a sociedade civil deve se fazer ativamente presente em todos os níveis de debate.

É preciso usar esse espaço também para mobilizar e empoderar comunidades em todas as regiões para lutar por independência hídrica e energética. Criado pela 350.org, o movimento Zero Fósseis parte da premissa de que a mudança só pode vir do local para o global, devolvendo às populações o poder de decisão sobre o futuro que desejam.

Nicole Figueiredo de Oliveira é diretora da 350.org Brasil e América Latina, mestre em direito internacional pela Universidade de Innsbruck, na Áustria, e especialista em Gestão de Projetos, Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.

Nathália Clark é jornalista e coordenadora de comunicação da 350.org no Brasil e na América Latina

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Petrobras X Manguinhos

Decisão da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) reformou ontem a sentença que condenava a Petrobras a pagar R\$ 1 bilhão de indenização à Refinaria de Manguinhos por concorrência desleal na fixação de preços. Em decisão por quatro votos a um, a turma de desembargadores determinou ainda imediato afastamento da hipoteca legal sobre edifício-sede da estatal no centro do Rio e o pagamento de honorários estipulados no valor de 10% da causa. Segundo o colegiado, a Petrobras não praticou preços abaixo do custo como alegado por Manguinhos, uma vez que os valores eram arbitrados pela União.

Novo PDV na Eletrobrás

O terceiro plano de demissão voluntária (PDV) da Eletrobrás será lançado na próxima semana, segundo o presidente da empresa, Wilson Ferreira Junior. Nos cálculos do executivo, o PDV economizará R\$ 1 bilhão com a saída de três mil

funcionários. Para ele, as mudanças implantadas na empresa ao longo do último ano e meio tornam sua privatização mais atrativa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: CSN vê espaço para crescer nos EUA com sobretaxa de Trump

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) diz que pretende dobrar sua capacidade de produção de aço galvanizado na subsidiária dos EUA, a LLC. Alega que o investimento necessário para isso é baixo - porque o grupo já tem nas mãos o terreno necessário para essa expansão. São US\$ 80 milhões. Com isso, pode ter maior acesso ao aquecido mercado automotivo americano. Mas, ao mesmo tempo, está negociando a potencial venda da LLC, para reforçar seu caixa e abater dívida.

Se desconsideradas as ações que detém da concorrente Usiminas, o ativo da CSN de maior liquidez e potencial de atrair interesse de terceiros é exatamente a LLC, segundo avaliação do próprio presidente e controlador da CSN, Benjamin Steinbruch. O **Valor** apurou que potenciais compradores negociavam pagar em torno de US\$ 500 milhões, mas já consideram um prêmio sobre esse valor, indo a US\$ 600 milhões, devido às melhores perspectivas do setor nos EUA.

A adoção pelo governo Trump de uma tarifa de 25% ao aço importado deve aliviar a competição local e os preços já começaram a subir. Por isso, a CSN está animada com as perspectivas da LLC. Situada em Terre Haute, Indiana, tem capacidade produtiva de laminação a frio de 1,1 milhão de toneladas ao ano. No aço galvanizado, de maior valor agregado, pode fazer 350 mil toneladas. Conforme Luis Martinez, diretor comercial da CSN, está rodando atualmente em 400 mil toneladas. Mas a LLC está ociosa na laminação a frio por não competir.

A laminadora necessita, porém, de bobina a quente como matéria-prima, algo que a CSN estava enviando de Volta Redonda (RJ) e já parou de fazer, na iminência da sobretaxa de Donald Trump. Uma alternativa seria enviar placas a serem laminadas a quente por AK Steel ou Steel Dynamics, algo já feito no passado.

Ainda não se sabe ao certo como ficaria a ampliação, pois há possibilidade de o ativo ser alienado. "Mas se antes eu ia cobrar caro [pela venda], agora vou pedir mais ainda", declarou Steinbruch, em evento realizado pela CSN em sua sede de São Paulo. O mercado espera um grande desinvestimento da CSN. Há dois anos o empresário anunciou um programa de venda de ativos para abater a dívida. Steinbruch admite que seria importante para abater parte do endividamento.

Com dívida líquida de R\$ 25,72 bilhões e alavancagem (dívida sobre Ebitda) de 5,5 vezes no último balanço publicado (terceiro trimestre), a siderúrgica precisa de caixa para cobrir vencimentos próximos. Já fechou acordo com o Banco do Brasil e está em vias de fechar outro com a Caixa Econômica Federal para rolar quase R\$ 16 bilhões da dívida bruta. A empresa também estuda vender as 100 milhões de ações preferenciais da Usiminas, que renderiam R\$ 1,1 bilhão ao preço de ontem, mas quer manter as ordinárias, com direito a voto, cuja alienação foi exigida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) há anos.

No evento, Steinbruch disse que iria pedir uma flexibilização do prazo fixado pelo Cade e a manutenção de seu direito político na concorrente mineira, para poder votar na assembleia geral ordinária (AGO) marcada para 25 de abril. Ele lembrou, por outro lado, que o direito a duas cadeiras no conselho de administração da rival continua valendo.

Martinez, diretor comercial, disse que aguarda crescimento de 8% no mercado de aço nacional - mas a previsão pode ser conservadora. Ele vislumbra, por causa do prêmio atual entre 2% e 5% ante o importado, após os custos de internalização. espaço para reajuste de preços em junho. Em relatório o BTG Pactual corroborou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Steinbruch pede ação contra importado

O empresário Benjamin Steinbruch, presidente da CSN, decidiu aproveitar o incomum encontro com jornalistas e analistas ontem na sede da empresa para pressionar o governo brasileiro e dizer da importância de medidas de defesa comercial. O objetivo era comentar o quanto a seção 232, que implantará tarifa adicional de 25% à importação de aço nos Estados Unidos, tem efeito neutro sobre as vendas da empresa. Mas admite que pode causar fluxo não usual de comércio.

Para ele, a medida de Donald Trump tem potencial para deixar o Brasil melhor posicionado que o resto do mercado mundial. O país manda semielaborados, cerca de 85%, aos EUA, algo de que o parceiro comercial necessita. Avalia que contra esses produtos dificilmente criaria barreiras de entrada no país. Contudo, Steinbruch reforça que o tema do antidumping para impedir invasão de importados no Brasil tem de ser tratado mais seriamente.

"Levantaram a bola e o governo brasileiro precisa marcar um gol. É uma questão suprapartidária e suprasetorial, é sobre crescimento, emprego e renda. Em um ano eleitoral, principalmente, seria uma oportunidade enorme", declarou. "Até agora, o governo não se pronunciou sobre o assunto, mas não acredito que ficará sem fazer nada."

Em janeiro, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou relatório que enxergava dumping, dano e nexos causal de laminados a quente da Rússia e da China. No entanto, decidiu "monitorar" a situação em vez de aplicar uma sobretaxa. Fontes ligadas à indústria consideram que essa medida foi influenciada pelos ministérios da Fazenda - que teria corpo técnico "ideologicamente contrário a defesa comercial" -, e da Agricultura, por medo de retaliação chinesa.

"Mas não tememos as importações, porque estamos preparados. Não há temor", garante Steinbruch. "Temos que estar preparados internamente, sermos competitivos. A única coisa que temos que ficar de olho é se houver uma mudança brusca de mercado por isso, que nos pegue de surpresa."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Marcelle Gutierrez e Ivan Ryngelblum | Do Rio e de São Paulo

Título: BR prevê ampliar vendas e retomar mercado em 2018

A BR Distribuidora espera recuperar volume de vendas e de participação no mercado de distribuição de combustíveis em 2018. Segundo o diretor executivo de Rede de Postos da empresa, Marcelo Bragança, o crescimento deve ser possibilitado com o incremento do número de postos em 2017.

"Esperamos, com a maturação dos postos que adicionamos, que esses volumes se recuperem em 2018, com recuperação de 'market share'", disse ontem o diretor, em teleconferência com analistas e investidores sobre os resultados do quarto trimestre e do ano de 2017.

No ano passado, a BR Distribuidora teve um aumento líquido da rede de postos de 269 unidades, com maior concentração nos últimos meses de 2017.

Outro fator que deve favorecer as vendas da companhia, segundo o diretor executivo de Operação e Logística da BR, Alípio Ferreira Pinto Junior, é a tendência de redução do volume de importação de combustíveis, devido ao aperfeiçoamento da política de preços de combustíveis da Petrobras, de margens mais estreitas em relação à paridade de importação.

Alípio explicou que, quando ocorre um volume maior de importação, há também um crescimento da participação dos postos de bandeira branca no mercado de distribuição de combustíveis. "O mercado com menor volume de importações é melhor para as distribuidoras estruturadas", contou.

"O comportamento que se espera do mercado é que haja em 2018 um volume de importações mais reduzido e um mercado mais organizado", completou o diretor.

Na mesma linha, o presidente da BR Distribuidora, Ivan de Sá, afirmou que, com a atual política de preços da Petrobras, com reajustes diários, o volume de importação "está bem mais reduzido".

No ano passado, o volume de vendas da BR Distribuidora recuou 5,7%, ante 2016, totalizando 43,2 bilhões de litros. Na rede de postos, as vendas recuaram 4,4%, segundo Bragança, devido à manutenção da política de preservação das margens de comercialização. Na área de grandes consumidores, a queda de 5,1% das vendas foi provocada pela retração das vendas de óleo diesel principalmente para térmicas.

Mesmo com a queda das vendas, e a consequente retração de 2,4% da receita líquida em 2017, para R\$ 84,6 bilhões, o lucro líquido da BR Distribuidora alcançou R\$ 1,151 bilhão, revertendo prejuízo de R\$ 315 milhões apurado no ano anterior.

Com relação ao quarto trimestre do ano passado, o resultado (lucro de R\$ 531 milhões, mais de dez vezes superior ao apurado em igual período de 2016) superou a expectativa dos analistas.

Na avaliação do BTG Pactual, em relatório sobre o assunto, a BR Distribuidora reportou um resultado "forte" referente ao quarto trimestre de 2017, mas impulsionado por itens não recorrentes, como menores impostos e despesa financeiras.

O Credit Suisse também destacou, em relatório, que o resultado foi impulsionado por itens não recorrentes, como ganhos com estoques, que impactaram o custo de produtos vendidos em R\$ 400 milhões no trimestre, reversão de provisões, e impostos menores do que o esperado.

Apesar do aumento de 9,6% da receita líquida da companhia no quarto trimestre de 2017, na comparação com igual período do ano passado, a BR registrou uma queda de 0,1% em seu lucro bruto por conta da queda de 0,5% no volume de vendas, para 11 milhões metros cúbicos. Com isto, a margem bruta recuou 0,7 ponto percentual, para 7,8%.

Outro ponto que chamou a atenção no resultado da BR foi a proposta do conselho de administração de distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos no total de R\$ 1,092 bilhão, ou R\$ 0,94 por ação. O montante equivale a 95% do lucro líquido apurado em 2017.

O diretor Financeiro e de Relações com Investidores da BR, Rafael Grisolia, disse que a companhia deve manter política de pagamento de dividendos "forte". Sobre o endividamento, ele sinalizou que a empresa deve manter o nível obtido no fim de 2017, de 1,3 vez a dívida líquida sobre o Ebitda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Setor muda modelo de contrato

A BR Distribuidora aguarda para o próximo mês a apresentação, pela Petrobras, do primeiro rascunho relativo ao novo modelo de contrato de fornecimento de combustíveis às distribuidoras. Segundo o diretor executivo de operação e Logística da companhia, Alípio Ferreira Pinto Junior, o novo modelo de contrato é benéfico às grandes distribuidoras.

"A Petrobras está conversando com os principais clientes sobre o novo contrato [de fornecimento de combustíveis]. [A Petrobras] já colheu algumas percepções do que pode significar melhoria pelos principais clientes. E estamos aguardando para o próximo mês possivelmente o primeiro 'draft' [rascunho do contrato]", disse ontem o executivo, em teleconferência com analistas e investidores sobre os resultados da BR Distribuidora no quarto trimestre de 2017.

Alípio acrescentou que "o sentido [do novo contrato] vai ser na linha de trazer mais competitividade para o fornecimento de produtos da Petrobras, o que é benéfico para grandes distribuidoras". Segundo ele, as grandes distribuidoras "vão trabalhar também com importação, mas não mais importação absolutamente por oportunidade [de preço], e sim pela infraestrutura [de] que dispõe para trazer equilíbrio para o produto Petrobras e o produto exportado".

O plano da Petrobras de estruturar um novo modelo de contrato de gasolina e diesel rodoviário foi antecipado pelo **Valor** no fim de janeiro. O objetivo da estatal é melhorar o relacionamento com clientes, para aumentar sua competitividade em relação aos importadores e recuperar participação de mercado, por meio de um nível maior de serviço prestado. O nível médio de utilização das refinarias da Petrobras estava em 55% da capacidade instalada.

Na época, o **Valor** apurou que a meta da estatal era divulgar o novo modelo contratual para o mercado de derivados em maio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De Ribeirão Preto

Título: Falta de chuva e de investimentos prejudica canaviais

A escassez de chuvas necessárias para o desenvolvimento dos canaviais no ciclo 2017/18 e a falta de investimento em renovação e em tratos culturais deverão afetar a próxima safra (2018/19) do Centro-Sul (2018/19), que começará em abril.

Várias regiões não receberam chuvas ou registraram volumes abaixo da média no inverno do ano passado, o que comprometeu o início da rebrota dos pés de cana que haviam acabado de ser cortados e atrasou o desenvolvimento dos canaviais. A estiagem durou de 90 a 120 dias, a depender da região, afirmou Plínio Nastari, presidente da Datagro, em evento ontem em Ribeirão Preto (SP). Segundo a consultoria, a moagem de cana na próxima temporada deverá alcançar 577 milhões de toneladas, ante as 596 milhões esperadas para 2017/18.

O clima também tem sido desfavorável às lavouras desde fevereiro, com precipitações abaixo da média. Alguns polos foram mais penalizados no mês passado no interior paulista, como Piracicaba, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, e as previsões indicam que as chuvas seguirão abaixo da média até 25 de março.

A falta de investimentos em tratos culturais, que facilita a proliferação de pragas, também pode agravar a situação. Faltaram, ainda, investimentos em renovação de canaviais, necessária para iniciar novos ciclos da planta, já que o envelhecimento dos pés compromete a produtividade ao longo do tempo. Para alguns analistas, o excesso de mato nos canaviais pode ser um problema até maior que o clima na próxima safra.

Segundo Nastari, a intenção das usinas de renovar seus canaviais neste ano é ligeiramente menor do que era em 2017 - está abaixo de 14%. Com isso, a idade média das plantações, que está em torno de 3,7 anos, não deverá diminuir.

A queda da produtividade já está nas contas da Usina Batatais, que prevê que sua moagem só não será menor no novo ciclo porque a área de colheita vai crescer. Segundo Bernardo Biagi, presidente do grupo, as duas usinas da Batatais deverão processar 7,2 milhões de toneladas de cana, 2% a mais do que

em 2017/18. Como a concentração de açúcares na cana (ATR) deverá cair 2%, o incremento será garantido pela expansão de 5% da área de colheita. A idade média das lavouras do grupo deverá aumentar de 4,1 para 4,2 anos.

O cenário de menor oferta da matéria-prima no Centro-Sul em geral deverá acentuar a tendência de redução da produção de açúcar na nova safra, já esperada porque o etanol está remunerando melhor as usinas.

Conforme a Datagro, a produção de açúcar em 2018/19 no Centro-Sul deverá ficar em 31,6 milhões de toneladas, ante as 36,1 milhões do ciclo 2017/18. E o viés da projeção, segundo Nastari, é "para baixo", a depender da tendência de maximização da produção de etanol e da permanência dos preços do açúcar em níveis "não estimulantes".

Assim, a produção total de etanol (anidro e hidratado) do Centro-Sul deverá subir para 26,7 bilhões de litros em 2018/19, ante 26,3 bilhões estimados para a safra atual, de acordo com a Datagro.

E o país também terá uma oferta adicional de etanol de milho mais expressiva em razão dos novos investimentos em usinas que usam o cereal. A Datagro estima que a produção nacional de etanol de milho deverá crescer de 525 milhões de litros, em 2017/18, para 830 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Unigel prepara emissão

A petroquímica Unigel lançou ontem emissão de bônus no mercado externo de dívida com uma estimativa inicial de retorno ao investidor ("yield") de 8%, segundo fonte que preferiu não ser identificada. O lançamento acontece após uma série de encontros com investidores concluídos ontem. A expectativa é que a precificação seja feita amanhã. Os títulos devem ter prazo de sete anos e a empresa pretende levantar cerca de US\$ 400 milhões com a operação. Os recursos devem ser usados para refinaranciar dívidas (US\$ 320 milhões) e para propósitos gerais da companhia (US\$ 80 milhões). Morgan Stanley e UBS coordenam a emissão. **(Daniela Meibak)**

Biocombustíveis

O presidente do Santander, Sérgio Rial, disse que os bancos terão "papel importante na promoção da liquidez" dos certificados de biocombustíveis (CBios), em evento da Datagro, ontem, em Ribeirão Preto. Os CBios são instrumentos financeiros criados pelo RenovaBio - política que remunera a redução das emissões de gases de efeito estufa - para que as distribuidoras atinjam suas metas de emissões. Rial ainda ressaltou o papel de bancos privados para o agronegócio. Ele disse que "reconhece" que as taxas de juros ainda não são baixas, mas que "não há caminho populista e intervencionista para um processo estrutural". **(Camila Souza Ramos)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: (Suplemento) – Cidade do Futuro Empresas

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Microrredes inteligentes atraem investimentos

A 27 quilômetros de Fortaleza (CE), no município de Eusébio, um projeto inovador na área de energia elétrica está saindo do papel. Cerca de 300 residências de um condomínio de alto padrão, com consumo médio de 780kWh mensais (mais de cinco vezes o consumo médio nacional), terão sua estrutura elétrica interna transformada em uma microrrede autônoma capaz de funcionar conectada ou não à rede da distribuidora.

Quando está ligada à empresa, a microrrede armazena energia para ser consumida em caso de falta ou para diminuir a demanda sobre o sistema que abastece a cidade. Quando cai a energia na concessionária, a microrrede funciona em modo autônomo e é capaz, por exemplo, de manter o fornecimento para cargas prioritárias (geladeiras, equipamentos de segurança, iluminação) durante pelo menos uma hora.

A microrrede utiliza energia solar e eólica e sistemas de armazenamento em baterias. Enquanto as casas produzirem energia a partir de fonte solar, os clientes poderão monitorar em tempo real a energia que está sendo gerada e consumida, com o auxílio de aplicativos móveis para celulares e tablets, além de poderem controlar as suas cargas remotamente. O volume de energia que não for consumido instantaneamente é armazenado em baterias de alta tecnologia e poderá ser enviado para a rede da Enel Distribuição Ceará, gerando créditos nas contas de luz dos moradores. "O projeto busca antecipar tecnologias que atendam às recentes transformações do setor elétrico, entre elas as possibilidades de o consumidor tornar-se também um agente de geração de energia", diz o presidente da Enel no Brasil, Carlo Zorzoli.

A CPFL Energia também investe em redes mais modernas e deve decidir em breve seu projeto piloto de instalação de medidores inteligentes para baixa

tensão em uma cidade do interior de São Paulo, com cerca de 20 mil clientes. A ideia é avaliar a produtividade de instalação dos medidores, os prazos e tecnologias que serão usadas tanto na área rural quanto urbana.

O projeto deve entrar em operação ainda neste semestre, mas o desafio é obter a homologação dos medidores junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. "Serão recursos próprios investidos no projeto. A reforma do setor elétrico, que está em discussão, foca muito na liberação do mercado e não nos novos desafios que surgem no segmento. Nas redes inteligentes seria preciso uma política pública para promover um segmento que pode criar maior eficiência energética e trazer investimentos para o país", destaca Caius Malagoli, diretor de engenharia da CPFL Energia.

O custo de um medidor está em cerca de R\$ 500, enquanto um básico sai por menos de R\$ 100. Em alguns Estados americanos, essa substituição foi paga em parte pelo consumidor. No Canadá, uma saída semelhante foi adotada, com cobrança de dois dólares canadenses por dois anos. O tempo de troca é também mais curto: hoje estaria em 13 anos, ante 25 do equipamento tradicional, mas esse intervalo pode ser ainda menor em algumas localidades.

A inteligência na rede não se resume ao avanço nos sistemas de transmissão e dos carros elétricos, mas também de tecnologias de armazenamento de energia e iluminação pública. A Engie, uma das maiores geradoras do país, está trabalhando para ampliar a receita no mercado não regulado.

Anunciou recentemente, em parceria com a Northern Power, investimento de R\$ 25 milhões em um sistema de armazenamento na usina solar Cidade Azul, localizada em Tubarão (SC), que integra energia solar e eólica. O sistema terá sua instalação iniciada em julho. "A matriz elétrica está ficando mais intermitente e essas soluções deverão crescer", afirma Leonardo Serpa, CEO da Engie Soluções. Outro vetor de interesse está em iluminação pública. Resolução da Aneel estipula que o serviço agora é responsabilidade das cidades.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: (Suplemento) – Cidade do Futuro Empresas

Autor: Martha Funke | Para o Valor, de São Paulo

Título: Postes de iluminação podem sustentar serviços integrados

O custo elevado da conta de luz e a presença pulverizada dos postes pelas cidades fazem da rede de iluminação pública candidata natural a infraestrutura de suporte à cidade inteligente. Isso porque se os projetos de modernização já geram economia só com troca de lâmpadas de vapor de sódio por LED, ainda permitem suportar serviços para áreas como segurança, mobilidade e meio

ambiente quando agregam conectividade para a gestão do parque de iluminação.

"A cidade inteligente depende da integração de verticais", defende Daniel Tatini, presidente da Philips Lighting, que criou braços de financiamento e de serviços para apoiar projetos de modernização, a plataforma de gestão City Touch e parcerias com marcas como SAP, Cisco e Ericsson para facilitar essa integração.

O sistema é empregado em cidades como Buenos Aires, que entre 2013 e 2015 trocou 91 mil luminárias por LED e obteve 50% de redução em custos operacionais graças a capacidades como monitoramento e adequação da luminosidade de cada uma. No Brasil, o City Touch foi adotado no Porto Maravilha, no Rio de Janeiro.

Outra vantagem da rede de iluminação pública é a altura dos postes, capazes de se transformar em olhos e ouvidos da cidade com a ajuda de sensores. "O poste passa a ser um ativo fixo estratégico", diz Renato Pazzoto, gerente de cidades inteligentes da Cisco para a América Latina.

A Cisco desenvolveu a plataforma de internet das coisas Cisco Kinnectics for Cities e foi selecionada pelo consórcio IPBH para o controle do parque de 180 luminárias que serão modernizadas em Belo Horizonte até 2021, das quais 30 mil recebem controladores nos próximos seis meses. Como a concessão da parceria público-privada (PPP) da cidade prevê receitas acessórias, a rede poderá sustentar outros serviços no futuro.

Como as teles estão entre as possíveis interessadas nos postes para sustentar o sistema 5G, dependente de maior densidade de estações rádio base (ERBs), a Ericsson criou em parceria com a Philips o poste inteligente Zero Site, somando LED e small cell (ERP de pequeno porte). Em Los Angeles, 300 deles já são alugados para as operadoras.

A Ericsson também desenvolveu um controlador que pode substituir a fotocélula tradicional para melhorar a gestão e suportar dispositivos como câmeras, sensores de som, presença e poluição. Segundo o diretor de IoT da Ericsson, Alberto Rodrigues, 55 mil destes dispositivos foram instalados na modernização da rede de iluminação pública na cidade mexicana de Zapopan, com 1,2 milhão de habitantes. No futuro a concessionária poderá explorar serviços como estacionamento inteligente e gestão de tráfego.

As PPPs movimentam empresas globais. A espanhola Arelsa, empresa que fatura € 10 milhões e atende 400 cidades ao redor do mundo, participa do consórcio vencedor da única PPP de iluminação firmada em 2017, em Açailândia

(MA), cujo contrato de R\$ 300 milhões para 35 anos prevê 100% de cobertura para iluminação com capacidade de tráfego de dados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: (Suplemento) – Cidade do Futuro Empresas

Autor: Livia Ferrari | Para o Valor, do Rio

Título: BNDES facilita crédito para projetos de energia saneamento e mobilidade

Na nova política operacional (PO) do BNDES divulgada no dia 6, projetos de infraestrutura, como saneamento básico, mobilidade urbana e energia tiveram prioridade reforçada, refletida em melhores condições: spreads básicos menores, níveis de participação maiores e prazos de carência e de amortização mais alongados, compatíveis com a natureza desses investimentos. Essas são variáveis que, bem monitoradas, podem equilibrar a atual realidade de taxas de juros mais próximas de mercado, como é a TLP, afirma a superintendente de saneamento e transporte do BNDES, Luciene Machado, referindo-se à taxa de longo prazo que entrou em vigor em janeiro, em substituição à TJLP, e que varia todo mês, seguindo o IPCA.

Agora, as taxas básicas cobradas serão de 0,9% ao ano em projetos de segurança pública, inovação, meio ambiente, energia solar, saneamento, tratamento de resíduos sólidos e qualificação profissional. Os projetos de mobilidade urbana poderão ter prazos de até 34 anos. E os de energias alternativas, de até 24 anos. Até então, os prazos de financiamentos em energia solar, por exemplo, eram de até 18 anos.

A ideia da nova PO é ter um condições que contribuam para a agenda de desenvolvimento sustentável. "Cidade inteligente sem saneamento e mobilidade é inviável; existe um déficit grande nas duas temáticas e há muito o que avançar em coleta e tratamento de esgoto e na capacidade de transporte urbano de passageiro", diz Luciene. O banco prevê desembolsar este ano R\$ 1,2 bilhão em financiamentos a mobilidade urbana, e R\$ 1,7 bilhão em saneamento.

A superintendente do BNDES reconhece que a mobilidade urbana tem desafios adicionais impostos pela restrição fiscal dos Estados e municípios. Ela acredita que o processo de renegociação de dívidas abrirá espaço para investimentos pelos Estados e para operações. Em paralelo, o banco, com o Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), apoia o desenvolvimento de estudos técnicos para a viabilização de projetos em concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs). É o que vem ocorrendo nas áreas de saneamento e iluminação pública.

Segundo projeções da diretoria de infraestrutura do BNDES, comandada por Marilene Ramos, os financiamentos de infraestrutura do banco poderão atingir,

no biênio 2018/ 2019, cerca de R\$ 54 bilhões. Sessenta por cento do total virá de investimentos em energia (geração, transmissão e distribuição), inclusive de fontes renováveis. Essa previsão baseia-se em projetos já enquadrados ou em análise, que somam R\$ 35,9 bilhões, acrescidos de uma projeção de cerca de R\$ 18 bilhões de novos financiamentos a partir dos leilões de energia. Marilene prevê que, somente na área de energia, o banco deverá ter nesses dois anos cerca de R\$ 32,6 bilhões em novos financiamentos.

No ano passado, os desembolsos em infraestrutura somaram R\$ 19,8 bilhões, com alta de 13% em relação a 2016. Ou seja, eles foram na contramão dos desembolsos totais do BNDES, que encolheram 19% na mesma comparação.

O desempenho da infraestrutura foi puxado pelos projetos de energia, com liberações de R\$ 13,4 bilhões, sendo mais da metade, R\$ 7 bilhões, em energia eólica. De 2003 a 2017, as liberações do banco em eólica somaram R\$ 36 bilhões, gerando capacidade de 12,5 gigawatts (GW). "Todos os projetos de eólica do país foram financiados pelo BNDES", contabiliza o chefe de departamento de energia do banco, Haroldo Prates.

A carteira de operações em eólica soma 84 projetos, com investimentos de R\$ 46,5 bilhões e financiamentos de R\$ 27,7 bilhões. Prates garante que a solar seguirá o mesmo caminho da eólica. O banco já tem uma operação contratada em geração solar, com desembolsos de R\$ 500 milhões, e mais quatro outros projetos estão em análise, formando uma carteira de R\$ 3,3 bilhões em investimentos e R\$ 2 bilhões em financiamentos. "A solar tem atualmente capacidade de um GW, mas promete crescimento exponencial", afirma o especialista do BNDES.

O BNDES, que aboliu financiamentos a termoelétricas a carvão, se prepara agora para entrar no financiamento direto (acima de R\$ 20 milhões) à geração distribuída de solar em pequenos projetos de 5 megawatt (MW). O banco poderá, por exemplo, financiar empresa que queira instalar painéis fotovoltaicos e vender a energia para pequenos consumidores. A iniciativa contribuirá para a disseminação da energia solar no país.

MME / ASCOM .